

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**



Ano 2
Número 17
R\$ 7,00

49º Congresso Estadual de Municípios

Tema deste ano será
"Campo e Cidade
Rumo à Modernidade"

Posse

Nova diretoria
assume APM



No dia de sua posse, o presidente da APM, Celso Giglio (à dir.), cumprimenta o governador Geraldo Alckmin

Imprensa Oficial. O seu acesso à cultura.



Guia do Mercado Brasileiro da Música 2005

(edição em português)

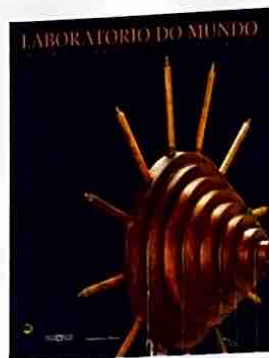
Coordenação: Boulay, Marinilda Bertoletti

ISBN 85-7060-305-3 (Imprensa Oficial do Estado)

ISBN 85-89424-03-0 (Associação Brasileira da Música Independente - ABMI)

Co-edição: Associação Brasileira da Música Independente - ABMI / Imprensa Oficial do Estado/SP - 2004

Código: 12.0.813.011



Laboratório do Mundo: idéias e saberes do século XVIII

Co-edição: Pinacoteca / G.R.C.I. Gabinete das Relações Culturais Internacionais / Imprensa Oficial do Estado/SP - 2004

Código: 12.0.812.986



Romanceiro da Inconfidência

Autora: Cecília Meireles

Desenhos: Renina Katz

ISBN 85-7060-218-9 (Imprensa Oficial do Estado)

ISBN 85-314-0793-1 (Edusp)

Co-edição: Edusp / Imprensa Oficial do Estado/SP - 2004

Código: 12.0.812.827



Coleção de Leis e Estatutos Brasileiros

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

ISBN 85-7060-293-6 (obra completa)

Co-edição: Imprensa Oficial do Estado/SP 2004

Código: 12.0.813.047



São Paulo: Ensaios Entreveros

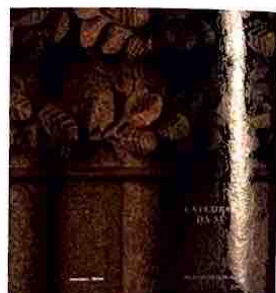
Autor: Sabar, Aziz Nacib Ab'

ISBN 85-7060-119-0 (Imprensa Oficial do Estado)

ISBN 85-314-0721-4 (Edusp)

Co-edição: Imprensa Oficial do Estado/SP / Edusp - 2004

Código: 12.0.812.912



Catedral da Sé

Fotos: Márcio Sallowicz

Textos: Fernando Piccini Jr

ISBN 85-7060-228-6 (Imprensa Oficial do Estado)

Co-edição: Mitra Arquidiocesana de São Paulo /

Imprensa Oficial do Estado/SP - 2004

Código: 12.0.812.860

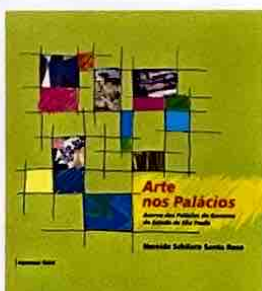


Acervo dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo

ISBN 85-7060-326-6

Edição: Imprensa Oficial do Estado/SP - 2004

Código: 12.0.813.022



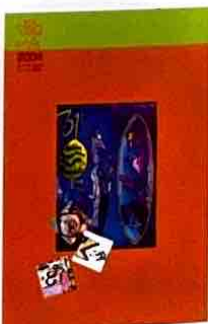
Arte nos Palácios: Acervo dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo - Edição Infanto-Juvenil

Autora: Nereide Schilaro Santa Rosa

ISBN - 85-7060-323-1

Edição: Imprensa Oficial do Estado/SP - 2004

Código: 12.0.813.013



Catálogo 31º Salão Internacional de Humor de Piracicaba

Co-edição: Objeto Brasil / Imprensa Oficial do Estado/SP - 2004

Código: 12.0.812.972

É fácil comprar o seu livro:

promoção

cesta cultural

Os maiores sucessos de venda da Imprensa Oficial, foram reunidos, em 19 kits de livros, com desconto de até 50% *
Acesse: **www.imprensaoficial.com.br/lojavirtual**
e saiba mais sobre os kits.

Capital - São Paulo

Livraria Assembléia Legislativa

Rua Pedro Álvares Cabral, 201 - 1º andar
Palácio 9 de julho - Ibirapuera
Tel.: (11) 3884-8395

Livraria Casa das Rosas

Av. Paulista, 37 - Bela Vista
Tel.: (11) 3289-1791

Livraria Jucesp

Rua Barra Funda, 836 - Acesso pela Rampa
Barra Funda
Tel.: (11) 3825-6101

Filiais - Interior

Poupatempo Campinas - Shopping

Rua Jacy Teixeira de Camargo, 940 - Jd. do Lago
Tel.: (19) 2104-1167 / 1168

Poupatempo Ribeirão Preto

Novo Shopping Center
Av. Presidente Kennedy, 1500 - Presidente Médici
Tel.: (16) 3019-6049 / 6050

* Válida somente nos pontos de venda e na loja virtual da Imprensa Oficial.

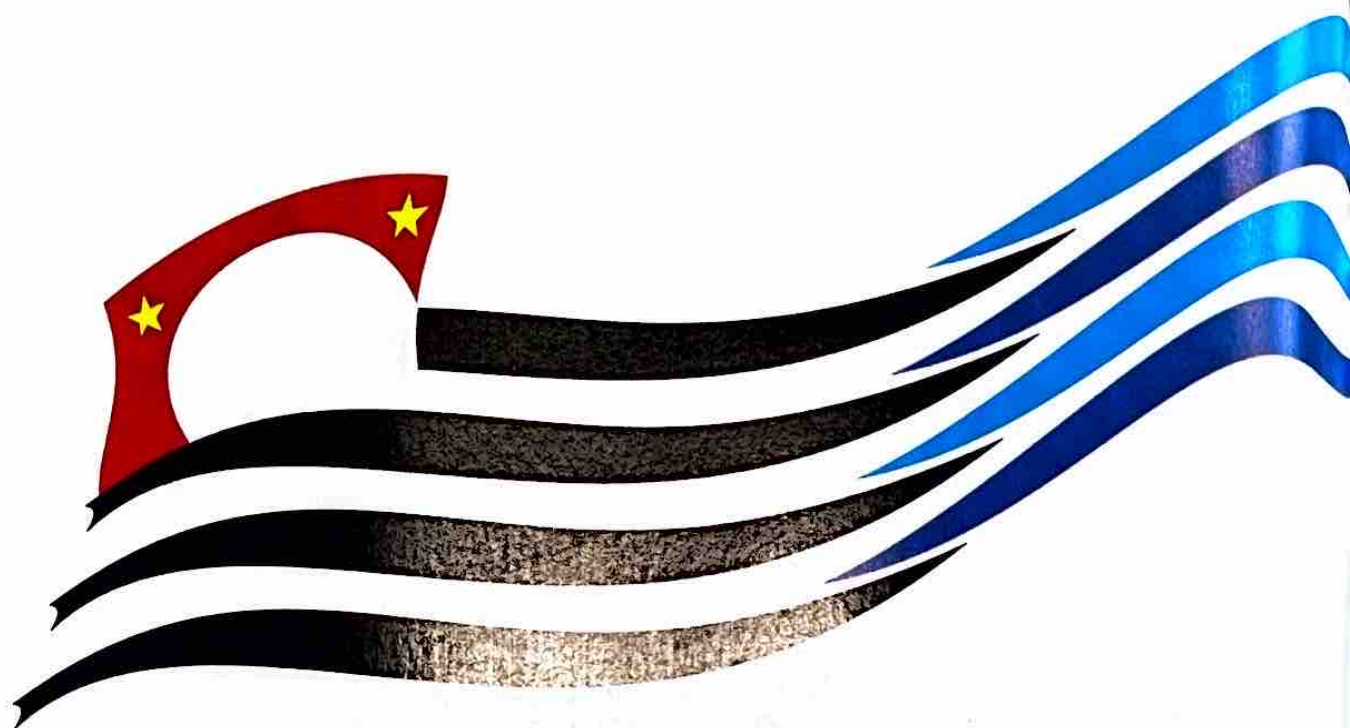
imprensaoficial

CASA CIVIL



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

www.imprensaoficial.com.br/lojavirtual



49° CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

PRAIA GRANDE - 11 A 16 ABRIL 2005

Entre 11 e 16 de abril, a Associação Paulista de Municípios e a Prefeitura de Praia Grande promovem o principal encontro anual entre prefeitos (as), vice-prefeitos(as) e vereadores(as) do Estado de São Paulo: o Congresso Estadual de Municípios. Celeiro de novas idéias de gestão, o encontro também é – há 49 anos – porta-voz dos municípios nas reivindicações dos administradores regionais junto aos governos estaduais e federal. Em 2005, o tema do congresso será “Campo e

Cidade Rumo à Modernidade”. Especialistas em administração e importantes nomes do cenário político estadual e nacional discutirão novas propostas sobre saúde, educação, gestão agrícola, parcerias público-privadas, entre outros temas. Na edição passada, o encontro reuniu um público de aproximadamente 8 mil pessoas.

O Centro de Convenções de Praia Grande abrigará auditórios para debates e espaço para exposição paralela de produtos, serviços e tecnologias.



OBJETIVOS DO CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

- Aproximar os prefeitos(as), vice-prefeitos(as), vereadores(as), dirigentes municipais, responsáveis pelas gestões públicas municipais das autoridades e técnicos do Governo do Estado e da União, responsáveis pelas políticas públicas e detentoras da vontade política, e das instituições privadas compromissadas com ações sociais e de interesse comum.
- Discutir os temas que o momento exige e levantados em reuniões preparatórias em todas as regiões do Estado.
- Oferecer uma amostragem de produtos, serviços e tecnologias que possibilitem aos gestores públicos buscarem alternativas para a modernização de suas administrações.

PÚBLICO-ALVO

- Prefeitos(as), vice-prefeitos(as) e vereadores(as) do Estado de São Paulo, ex- e futuros ocupantes desses cargos, e expressivas delegações de outros estados;
- Presidentes de Fundos Sociais de Solidariedade e esposas de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores;
- Secretários e Diretores Municipais das áreas jurídica, administrativa, financeira, tributária, fiscal, educacional, de saúde, saneamento, habitação, de obras, cultura, esportes, turismo e outras;
- Técnicos do legislativo e executivo municipais, estaduais e federais;
- Secretários de Estado, Diretores e Superintendentes de Órgãos Estaduais;
- Ministros, Secretários, Diretores e Superintendentes de Órgãos Federais;
- Deputados estaduais, federais e Senadores;
- Representantes de Instituições não governamentais;
- Representantes da mídia nacional;
- Convidados da sociedade civil.

Para garantir sua inscrição ou mesmo alocar um estande para colocar o seu município em evidência, entre em contato com a Associação Paulista de Municípios pelos telefones (11) 3063-2665/3063-2225 ou pelo e-mail dalva@apaulista.org.br

GARANTA JÁ SUA PARTICIPAÇÃO!

49º Congresso Estadual de Municípios

Quando: 11 a 16 de abril de 2005

Onde: Centro de Convenções de Praia Grande – SP

Rua Ayrton Senna da Silva - LE (Ligação/Elétrica) nº 30623



Associação Paulista de Municípios

Av. Rebouças, 2.499
Jd. América - São Paulo - SP
CEP 05401-300
Fone/Fax: (0xx11) 3063-2225
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

Presidente

Celso Antonio Giglio

1º Vice-Presidente

Marcos Roberto Casquel Monti

2º Vice-Presidente

Wilson Geparini

3º Vice-Presidente

Rubens Furlan

4º Vice-Presidente

João Carlos Caremaz

SECRETARIA - MEMBROS DIRETORES

Secretário Geral

Antonio César Simão

Secretária Executiva

Daiva Christofoletti Paes da Silva

1º Secretário

Dr. Hélio de Oliveira Santos

2º Secretário

Sebastião Misiara

3º Secretário

Itamar Francisco Machado Borges

TESOURARIA

Tesoureiro Geral

Flávio Callegari

1º Tesoureiro

José Luiz Rodrigues

2º Tesoureiro

Antonio Francelino

3º Tesoureiro

João Buzzo

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Aquevirque Antonio Nholia

CONSELHO TÉCNICO-MULTIDISCIPLINAR

Presidente

Antonio Sérgio Baptista

Editoriais



A luta continua!

Como todos já puderam perceber, o título deste editorial é a forma como sempre acabo meus artigos, porém fiz questão de trazê-lo ao início para, neste momento, fazer um balanço do meu período na presidência da APM.

Foram nove meses de muita luta, estávamos num período pré-eleitoral e é claro que todos aqueles que foram candidatos estavam dedicando-se às suas eleições. Não obstante esse período, e como não fui candidato a nenhum cargo, tivemos a oportunidade de engajarmo-nos na luta para o aumento do FPM (prometida e ainda não conquistada), organizamos o 5º CBPM, conduzimos o processo das eleições na APM, tivemos participação efetiva no Consema, enfim nossa pauta foi extensa.

Sempre digo que a luta municipalista não se faz apenas durante um mandato a luta municipalista é uma luta constante do dia-a-dia. É necessário agradecer a todos aqueles que sempre estiveram ao nosso lado, empunhando conosco essa bandeira. A todos o meu muito obrigado!

Deixo a presidência da APM, mas não o municipalismo. Continuo nessa luta, nesse ideal que sempre nos motiva, fazendo parte da nova Diretoria. Desejo toda a sorte ao companheiro Celso Giglio, que assume a presidência, a toda a nova Diretoria e contem sempre comigo. Saudações Municipalistas! A luta continua!

Marcos Monti
Ex-presidente da APM;
vice-presidente eleito
gestão 2005/2008



Respeito aos municípios

Quero cumprimentar e saudar todos os amigos municipalistas que participaram de nossa posse como presidente da APM. Sei que minha responsabilidade é muito grande, porém sempre enfrentei os desafios que o destino colocou em minha vida.

Aproveito a oportunidade para fazer o chamamento aos amigos municipalistas, para agora é sempre estarem ao nosso lado nesta luta em defesa dos municípios paulistas e brasileiros.

Teremos ainda este ano uma discussão muito importante, que será o Fundeb. Precisamos estar atentos para que o município não saia mais uma vez prejudicado, assumindo mais responsabilidades sem os recursos necessários.

Em nossa diretoria, temos municipalistas compromissados com o movimento; não tenho dúvida de que juntos muito iremos fazer pelos nossos municípios. Com a participação e a união de todos. Agora que volto à presidência da APM, quero como meta principal o respeito aos municípios. Não podemos continuar sendo tratados como espectadores; fazemos parte do Pacto Federativo, somos sem sombra de dúvidas o ente federativo mais importante e temos que ser respeitados por isso. Saudações Municipalistas!

Celso Giglio
Presidente da APM

Errata: Na entrevista concedida pelo presidente do TCE, Renato Martins Costa, na revista do nº 18, por uma falha técnica não constou o seu final. O correto é: "Isso gera um conflito de interesses enorme e é justo que a comunidade desse distrito possa se emancipar para ter uma administração própria".

No mesmo número à página 42, na legenda em que se lê: "O deputado estadual Milton Monti", leia-se: "O deputado federal Milton Monti".

Celso Giglio
Antônio César Simão
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevique Antônio Nholla
José Mauro Dedemo Orlandini



PRESIDENTE: Edmilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-GERENTE: Luciano do Carmo
DIRETOR ADM.-FINANCEIRO: Andreas Rüttschilling
DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial

Municípios
A Palavra da Democracia, Política e Cidadania em São Paulo

PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

EDITORA: Eliana Michi
redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
DIRETOR DE ARTE: Alexandre P. Borlina
FOTOS: Paulo Baretta, Reginaldo Martins e Renato Ricci
CAPO: Renato Ricci
PRODUÇÃO GRÁFICA: Francisco Eugênio, Jabes T. Pedrosa, Ivan Santana e Tiago Manga
CONSULTORIA: Christo, Manesco & Associados

PUBLICIDADE

GERENTE DE PUBLICIDADE: José Jones
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br
MARKETING: Raquel Pires
marketing@municipiosdesaopaulo.com.br
REPRESENTANTE COMERCIAL (Brasil):
Singular Publicidade
Magda Dias (61) 344-5181
brasil@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento
Rua Ministro Sinélio Rocha, 150,
CEP 05030-000, São Paulo, SP
Tels.: (11) 3879-8200/8212
Fax: (11) 3879-8203
www.editorasegmento.com.br

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

APOIO GRÁFICO: IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Imprensa oficial



ANER
www.aner.org.br

ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS

08 Posse

Nova diretoria assume APM

12 49º Congresso

Estadual de Municípios

Tema deste ano será "Campo e Cidade Rumo à Modernidade"

20 Gestões reconhecidas

"Velhos" gestores e as fórmulas para alcançar o sucesso

24 Cidades em notas

28 São Paulo em notas

29 De olho em Brasília

30 IBGE

Fundação fecha 2004 com muito trabalho

35 Caravanas do conhecimento

Crianças do interior conhecem praias do Estado

38 5º CBTIM

Galeria de fotos

44 TCE

Da inexecução dos contratos administrativos – parte II

50 Casos e Causos

FALE CONOSCO

REDAÇÃO

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203
E-mail: redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
marcio@editorasegmento.com.br (publisher)
Cartas: Rua Ministro Sinélio Rocha, 150 – CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING

Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais
Tel.: (11) 3879-8220
marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE

Anúncio na *Municípios de São Paulo* e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo.
Tel.: (11) 3879-8221
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

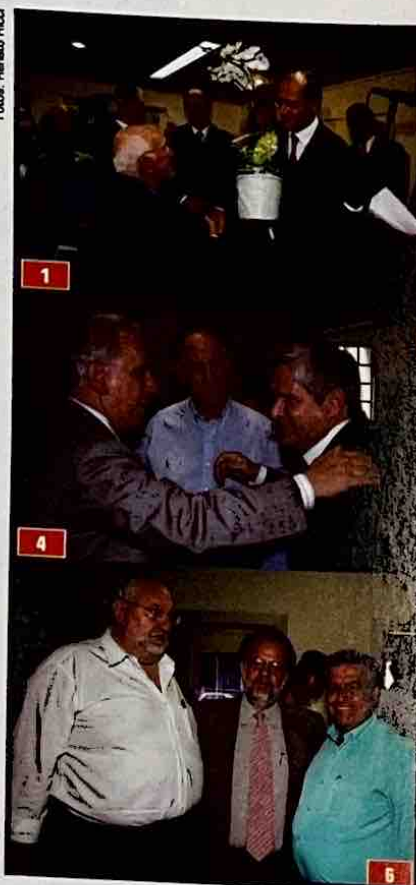
ASSINATURAS, RENOVATÕES E DÉBITOS ATRASADOS

Tel.: (11) 3039-5601 – Fax: (11) 3039-5643
assinatura@editorasegmento.com.br
www.editorasegmento.com.br

Presidida por Celso Giglio, nova diretoria da APM toma posse

Com presença do governador Geraldo Alckmin, nova diretoria dá início à gestão referente ao quadriênio 2005/2008

Foto: Renato Ricci



Alckmin
anunciou
sessão de
nova sede
para a APM



Pela terceira vez, Celso Giglio foi empossado presidente da APM (Associação Paulista de Municípios). A posse aconteceu na sede da entidade em 14 de janeiro e contou com a presença do governador do Estado, Geraldo Alckmin, dentre outras autoridades. Giglio foi reeleito em Assembléia Geral realizada em 20 de novembro de 2004, em São Paulo. O novo mandato é para o quadriênio 2005/2008.

Ao transmitir a presidência para Celso Giglio, o ex-prefeito de São Manuel, Marcos Monti, eleito primeiro vice-

presidente para a gestão 2005/2008, declarou que a diretoria eleita foi escolhida a dedo. "É uma diretoria de consenso que empunha a bandeira do municipalismo, e no dia-a-dia está engajada em lutas que objetivam o bem-estar da população dos municípios". Segundo Monti ainda, a entidade é suprapartidária e todos os partidos são parceiros nas lutas corretas. "O governador Alckmin é um de nossos grandes parceiros, pois começou sua vida pública no município e sabe as barreiras que temos de su-

perar para oferecermos uma vida digna aos munícipes", destacou. Para o presidente de honra e vice-prefeito eleito de São Paulo, Gilberto Kassab, a luta em favor do municipalismo não pode parar. "O governador Mário Covas deu força e vibração para a entidade, que tem de levar adiante suas bandeiras e lutas, em prol das cidades e de suas comunidades", ressaltou Kassab. Para o presidente eleito, Celso Giglio, a maior causa da entidade é promover a união do Estado.

Da esquerda para a direita: 1) Governador Geraldo Alckmin recebe das mãos do tesoureiro da APM, Flávio Callegari, uma lembrança destinada à primeira-dama, Lu Alckmin. 2) Celso Giglio, presidente da APM; governador Alckmin; vice-presidente da APM, Marcos Monti e o diretor da entidade, Carlos Cruz. 3) Itamar Borges, prefeito reeleito de Santa Fé do Sul e diretor da APM e o governador Alckmin. 4) O presidente da Uvesp e diretor da APM, Sebastião Misiara (à esquerda), acompanhado por autoridades. 5) Prefeito reeleito de Casa Branca e membro da Comissão de Sindicância da APM, Sekandar Mussi; Vick Nholla, membro do Conselho Deliberativo e Flávio Callegari, tesoureiro da APM. 6) Antônio César Simão, secretário geral da APM; Carlos Cruz, diretor da APM e Liberato Rocha Caldeira, prefeito eleito de Valentim Gentil e presidente da AMA. 7) Governador Geraldo Alckmin, apreciando a revista da entidade, Municípios de São Paulo. 8) Claudia Costin, secretária de Estado da Cultura, Celso Giglio, presidente da APM, governador Geraldo Alckmin, senador Romeu Tuma, secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, João Carlos de Souza Meirelles; Carlos Cruz, diretor da APM e o vice-presidente Marcos Monti. 9) Sebastião Misiara e o prefeito reeleito de Aparecida do Norte. 10) Governador Alckmin e o secretário geral da APM, Antônio César Simão.

11) Agnaldo Timóteo, vereador eleito por São Paulo, esteve presente à posse da nova diretoria da entidade. 12) Giglio recebeu cumprimentos de várias autoridades presentes. 13) Gilberto Kassab, presidente de honra da APM e vice-prefeito eleito de São Paulo.

“Precisamos criar mecanismos institucionais de relacionamento entre os governos federal, estadual e municipal, pois os repasses financeiros para os municípios estão à míngua ano após ano. A opinião pública pensa que os prefeitos são os grandes sorvedores de recursos financeiros, o que é uma inverdade. Precisamos revisar o Pacto Federativo para fortalecermos o movimento municipalista. Os municípios são os maiores responsáveis pela realização das tarefas e os recursos da União são cada vez menores, principalmente com a redução do Fundo de Participação dos Municípios. Precisamos capacitar as cidades para que elas possam prestar bons serviços públicos”, destacou Giglio.

O governador Geraldo Alckmin deu posse formal à nova diretoria e afirmou que, em breve, a APM estará funcionando em novas instalações à Avenida São Luiz, no centro da Capital. “A casa nova da APM não poderia estar mais bem localizada, já que é intenção continuar revitalizando o centro da cidade e os municípios são o coração do povo, pois é nele que as esferas de governo atuam efetivamente, por meio da renda, do trabalho, da saúde, da cultura e



CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da chapa eleita conta com 50 membros e a lista é a seguinte: Aquevique Antônio Nholla, Délio Teruel, Carlos Alberto Cruz Filho, Aldévio Gaiotto, Ângelo Pela, Antônio Aparecido da Silva, Antônio Augusto Boteon, Antônio Cláudio Flores Piteri, Antônio Fernando Silva Rosa, Antônio Francisco Zani, Armando Ribas Gemignani, Carlos Alberto Neres, Carlos Donizeti Barbosa da Silva, Carlos Alberto Pignatari, Claudocir Maccorin, Dirceu Antônio Massucato, Donizete Borges Barbosa, Ermelino Rogeri Maranhão, Felício Mancini Neto, Flávio de Lima, Francisco Leoni Neto, Giro Inoguti, Hudson José Gomes, João Aparecido Nascimento, João

Sanzovo, José Carlos Coral, José Carlos Tallarico Júnior, José Carlos Tonin, José Fernando Bruno, José Gilberto Saggioro, José Hailton de Camargo, Luiz Alberto Pereira, Luiz Gonzaga Dias Sobrinho, Luiza Aparecida da Silva Ferreira, Manuel Possidônio, Maria Aparecida Mussoline, Maria Aparecida Pimentel Mangeon de Oliveira, Maria Cândida Santos Andrade, Mário Augusto Madalena, Modesto Salvatto Filho, Milton Antônio Casquel Monti, Orlando Mosca Diz, Osvaldo Piedade Júnior, Paulo Roberto Tarzã dos Santos, Pedro Sabino de Godoy, Sebastião Bognar, Silas Bortolosso, Vicente Aparecido Menezes, Waldemar Correa e Wilson Sipione.

14) Glória Giglio, governador Alckmin, senador Romeu Tuma e o presidente, Celso Giglio, em seu discurso de posse. 15) Geraldo Alckmin, senador Romeu Tuma, Gilberto Kassab, João Carlos de Souza Meirelles e Sebastião Misiara, atentos ao discurso do governador. 16) João Carlos de Souza Meirelles e Sebastião Misiara, atentos ao discurso da APM, prestigiada Gilberto Kassab e a família Giglio, presentes à posse da nova diretoria da APM, João Caraméz; também pelo governador Alckmin. 17) Deputado estadual e diretor da APM, Celso Giglio, presidente da APM; governador Geraldo Alckmin e o senador Romeu Tuma, durante solenidade de posse.

CONSELHO FISCAL/ COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O Conselho Fiscal é formado por: José Mauro Dedemo Orlandini, Tsuyoshi Sérgio Yamato e Abel de Almeida
A Comissão de Sindicância será conduzida por: Sckandar Mussi, Antônio Carlos de Faria e Luiz Antônio Hussne Cavani.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Presidente: Celso Antonio Giglio

1º Vice-Presidente

Marcos Roberto Casquel Monti

2º Vice-Presidente

Welson Gaparini

3º Vice-Presidente

Rubens Furlan

4º Vice-Presidente

João Carlos Caraméz

Secretário Geral

Antonio César Simão

1º Secretário

Dr. Hélio de Oliveira Santos

2º Secretário

Sebastião Misiara

3º Secretário

Itamar Francisco Machado Borges

Tesoureiro Geral

Flávio Callegari

1º Tesoureiro

José Luiz Rodrigues

2º Tesoureiro

Antonio Francelino

3º Tesoureiro

João Buzzo

Mesa do Conselho Deliberativo

Presidente

Aquevirque Antonio Nholla

Vice-Presidente

Délio Teruel

Secretário

Carlos Alberto Cruz Filho

da educação”, disse Alckmin.

Alckmin lembrou também que o Estado de São Paulo alavancou as exportações recordes de 2004, fazendo o País crescer significativamente. “Atingimos esta liderança pois deixamos de cobrar impostos extorsivos. Fizemos um trabalho com os prefeitos e com muito sacrifício alcançamos o que esperávamos”, finalizou o governador.

O novo presidente

Celso Giglio agradeceu o reconhecimento de seu trabalho junto ao Movimento Municipalista e já fez planos para o próximo mandato. “Vamos continuar o trabalho com quase a mesma equipe só que agora ainda mais fortalecida com a vinda de grandes lideranças políticas como Gasparini, Furlan e Caraméz. Já tivemos nos últimos anos um grande avanço e seguiremos nossa luta em prol dos municípios dentro do Pacto Federativo”, destacou Giglio.

Celso Giglio substituirá Marcos Monti (que assumiu o comando da entidade durante o período eleitoral, pois Giglio concorreu à reeleição da Prefeitura de Osasco). Monti foi bastante elogiado pelo presidente eleito. “Monti agiu com muito competência, lisura e espírito de luta. E juntos já temos uma nova lista de discussões que objetivam trazer ainda mais avanços ao movimento municipalista”,

afirmou o presidente.

O médico Celso Giglio é um dos principais nomes do movimento municipalista brasileiro. Iniciou sua trajetória política como vereador e foi presidente da Câmara Municipal de Osasco. Foi eleito prefeito para os mandatos de 1993 a 1996 e de 2001 a 2004. Em 1998, foi eleito deputado federal com a oitava maior votação do Brasil. Giglio foi também deputado estadual e coordenador do Fórum Metropolitano de Segurança Pública de fevereiro de 2002 a fevereiro de 2003. Além disso, criou em 1990 o movimento “União pelos Municípios”. (E.M.)



O valor do trabalho

Com a mobilização de pessoas e comunidades, a articulação de parcerias e soluções, e a disseminação de tecnologias sociais, a Fundação Banco do Brasil contribui para a promoção da cidadania e da inclusão social de milhares de pessoas. Gente que vê a vida melhorar e as oportunidades surgirem participando de programas voltados para a Geração de Renda.

São ações que visam o desenvolvimento social e sustentável, a partir da inserção de pequenos produtores, associações e cooperativas em cadeias produtivas, aproveitando os recursos e as potencialidades de cada comunidade.

E juntos tecemos uma rede viva que trabalha pela transformação social e construção de um país de todos.

Cristina e Eliandro
Cooperativa
100 Dimensão de
Reciclagem de Papel
Brasília-DF

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

cidadania-e.com.br


**FUNDAÇÃO
BANCO DO BRASIL**



49º Congresso Estadual de Municípios

**Evento reunirá
gestores
municipais
no Centro de
Convenções de
Praia Grande**

Imagem aérea
da praia do
Forte de Itaipu

Lideranças municipais de todos os cantos do Estado de São Paulo estarão reunidas nos próximos dias 11 a 16 de abril, na Praia Grande, para discutir a legislação atual, propostas em vigor e os rumos das gestões municipais. Prefeitos, vices, vereadores, secretários e diretores regionais estão convocados para o 49º Congresso Estadual de Municípios. Promovido pela Associação Paulista de Municípios e pela Prefeitura de Praia Grande, o congresso promete sacudir o cenário municipalista ao tocar em assuntos-chave da administração regional e mostrar casos de sucesso implementados tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas. Isso porque o tema deste ano será “Campo e Cidade Rumo à Modernidade”.


O congresso abrirá dez espaços para debate. Os temas são: Educação, Política Agrícola, Políticas Públicas, Poder Judiciário, PPPs, Saúde, Segurança Pública e Desenvolvimento (*confira os assuntos de cada painel nas páginas 18 e 19*). Membros da diretoria da APM e especialistas convidados farão a coordenação das palestras.

Além dos debates, o Congresso

Klaus Werner

organizará ainda cursos para gestores, com duração de seis dias – o período do evento. “Um que já está confirmado na programação é o para administradores da área de Meio Ambiente”, diz o secretário da APM, Antônio César Simão.

A movimentação para a realização do congresso animam o presidente da APM, Celso Giglio: “Nossa meta é superar o número de participantes este ano e ultrapassar a marca de 10 mil presentes no encontro de 2004.” Além da presidência do evento, Giglio também organizará painel de debates sobre o tema saúde.

Os 15 mil m² de área de exposição do Centro de Convenções de Praia Grande abrigarão cerca de 250 estandes de, no mínimo, nove m². “Nosso estande está acessível até mesmo para os menores municípios”, afirma a secretária executiva da APM, Dalva Christofoletti Paes da Silva. Ela lembra que ainda existem estandes disponíveis para as empresas que têm interesse em colocar o seu produto em destaque no evento. Entre os patrocinadores de peso nas áreas de serviços públicos e privados que apóiam o evento, já fecharam patrocínio o banco Nossa Caixa e Banespa. 

Artigo

Debater para inovar

CELSO GIGLIO*

Ao assumir a Presidência da Associação Paulista de Municípios em janeiro passado, fiz questão de apontar dois desafios que deveremos enfrentar nos próximos anos. O primeiro é promover a união do movimento municipalista, que hoje se mostra dividido e desorganizado. O segundo é mostrar à opinião pública que as Prefeituras não são os sorvedouros de recursos, como muitos insinuam. Ao contrário, trabalham – e trabalham duro – para prestar bons serviços à população.

Não são poucos aqueles que acham que os municípios brasileiros estão atolados em dívidas impagáveis. Isso pode ser verdade para uma ou outra cidade, mas não condiz com a realidade do conjunto das Prefeituras. Dados coletados em 2002 apontavam que o poder local era responsável por apenas 4% da dívida pública nacional.

É preocupante. De uns tempos para cá, uma série de artifícios vem comprometendo

a capacidade de ação dos municípios. A base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) vem minguando progressivamente. Ao diminuir a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de uma série de produtos, por exemplo, as prefeituras saem perdendo. Isso porque o IPI é um dos impostos que fazem parte do bolo que forma o FPM e depois é distribuído às Prefeituras. Outro artifício é o aumento das alíquotas de contribuições, que não somam para o FPM. Resultado? Concentração ainda maior da arrecadação nas mãos do Governo Federal.

Recursos diminuindo, encargos e despesas aumentando. Está em curso a tentativa de colocar sob a alçada municipal, que já cuida do ensino fundamental e da educação infantil, o suprimimento do ensino médio. Isso além de todo o cabedal de tarefas de praxe: saúde, transportes públicos, lixo, parte da segurança pública e uma série interminável de providências que talvez não coubesse nesta revista. E outras tantas que são,

► digamos, mais informais, como pagamento de contas de órgãos dos governos federal e estadual, empréstimo de funcionários, locação de prédios públicos para órgãos de áreas federais e por aí vai.

Também afeta de modo negativo as finanças públicas municipais o aumento do salário mínimo. É claro que nenhum brasileiro, em sã consciência, poderia ter o desprazer de se pronunciar contra o aumento do nível de renda das camadas mais pobres da população. Nosso salário mínimo é abjeto, todos sabem. Mas o problema é que ele está atrelado aos benefícios previdenciários pagos pelo poder municipal. Desvincular uma coisa da outra seria uma providência mais do que salutar e poderá integrar nossa plataforma de luta.

Serão essas e outras questões que prefeitos e vereadores discutirão, entre os dias 11 e 16 de abril próximo, em Praia Grande, no 49º Congresso Estadual de Municípios. Trata-se de um congresso tradicional e um dos mais concorridos eventos político-administrativos do Brasil. O prefeito de Praia Grande, Alberto Mourão, está se desdobrando para oferecer aos congressistas aquilo que de melhor a cidade pode oferecer. O entusiasmo é grande.

Neste ano, iremos inovar. Na escolha do temário e na mecânica dos painéis e debates.

Nossa idéia é que esse Congresso seja um encontro no qual a discussão aflore. Cada vez mais, o poder público e a sociedade civil interagem. Foi-se o tempo do Estado paternalista e protetor, que tudo podia e fazia, ou pelo menos tudo tentava fazer. Temos, hoje, uma rede poderosa do terceiro setor, que precisa ser devidamente incorporada à ação pública, para que se tenham resultados satisfatórios.


Nesse sentido, é necessário que se contraponham as diversas linhas de raciocínio. Primeiro,

**Trata-se de
um dos mais
concorridos
eventos político-
administrativos**

que se coloquem frente a frente as demandas e o estilo de atuação dos poderes locais, estaduais e federal. Uma das – muitas – deficiências de nosso federalismo capenga é a total falta de entrosamento entre as instâncias de governo. Segundo, que se estabeleça um protocolo no qual seja possível identificar, de forma clara, como o poder público e a sociedade organizada podem encontrar mecanismos capazes para complementar suas ações.

Durante o Congresso serão abordados, de forma inovadora,

os temas clássicos, que não podem ficar de fora quando se trata de questões referentes à administração pública, principalmente aquela de âmbito municipal. Neste contexto, as áreas de saúde e educação ganham grande relevância, até porque são aquelas que demandam as maiores quantidades de recursos, humanos e financeiros. São, também, as que mais preocupam os cidadãos, ao lado da segurança e do desemprego.

Especialistas e administradores discutirão, também, assuntos referentes à infraestrutura (PPP, energia elétrica e transportes); segurança pública; política agrícola; vocação, desenvolvimento urbano, turismo e meio ambiente; Poder Judiciário; e políticas públicas para crianças, adolescentes e terceira idade. A administração municipal tem problemas demais, dificuldades demais. Somente através do debate franco e aberto é que encontraremos caminhos capazes de inovar e criar condições para que a população brasileira tenha um atendimento do setor público compatível com suas necessidades. 

* Presidente da Associação Paulista de Municípios. Foi prefeito de Osasco por duas gestões, deputado federal e deputado estadual.



Entrevista

O mar está pra peixe

Prefeitura de Praia Grande, cidade-sede do 49º Congresso Estadual de Municípios, estima faturar até R\$ 3 milhões

O prefeito de Praia Grande, Alberto Mourão, irá mobilizar cerca de 300 funcionários municipais para estruturar a maior edição do Congresso Estadual de Municípios. “Esperamos bater o recorde de mais de 10 mil visitantes”, explica. A animação não é para menos. A prefeitura da cidade litorânea estima faturar entre R\$ 2,5 a R\$ 3 milhões somente com as rendas de alimentação e hospedagem. Na entrevista que se segue, Mourão explica como Praia Grande está se organizando para receber a 49ª edição do evento.

Como o município de Praia Grande está se preparando para receber o congresso?

Do ponto de vista da logística, procuramos o melhor espaço da cidade para abrigar o encontro. Uma área coberta de 15 mil metros quadrados permite que os expositores de máquinas e equipamentos tenham um atendimento uniforme em relação aos demais ocupantes de estandes. Isso é importante porque, afinal, são esses expositores basicamente que pagam a conta do evento. Estamos também estudando o fluxo interno – de forma

que as pessoas passem por todos os estandes – e adequando os espaços para as plenárias de debates e equipes de trabalho. Na questão da hospedagem, o trabalho é regional, contando com a rede hoteleira não só de Praia Grande, mas de Santos, São Vicente, Guarujá e demais



Alcides Goulart/Prefeitura de Praia Grande

Mourão: recorde de visitantes

cidades da Baixada e Litoral Sul. Há diárias para os mais diversos padrões, de R\$ 40 a R\$ 400. Outro pólo forte de hospedagem serão as colônias de férias, mais de 40, existentes em Praia Grande, ligadas a sindicatos.

Qual é a expectativa de público para o evento?

Esperamos fazer o maior congresso da história da APM. O maior até agora foi o realizado aqui mesmo, em Praia Grande, em 98. Esperamos bater o recorde de mais de 10 mil pessoas.

Que resultados a visibilidade proporcionada por um evento desse porte pode trazer para Praia Grande?

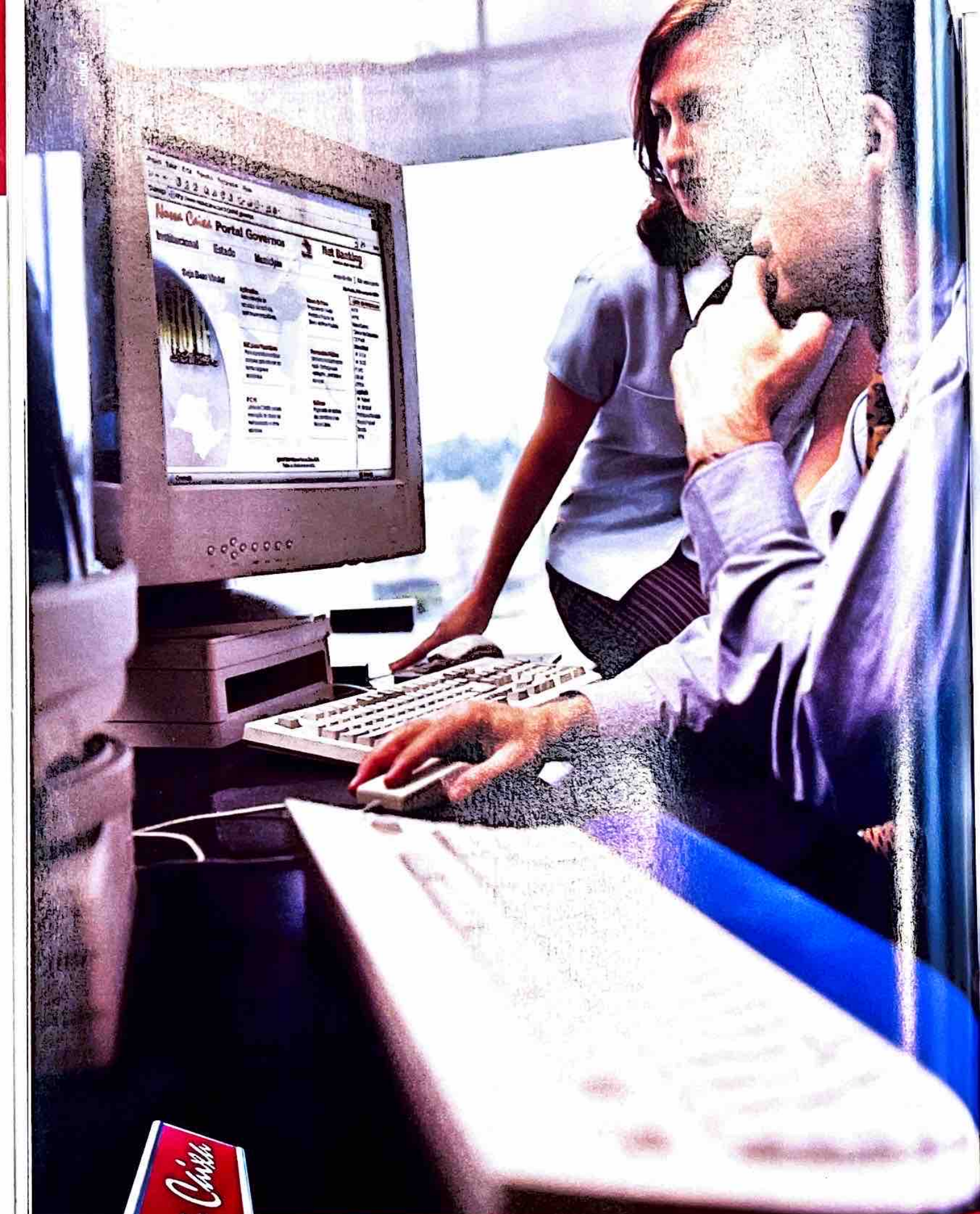
Ser a sede do congresso é importante demais principalmente para uma estância turística. São pessoas dos mais diversos pontos do Estado e do País conhecendo a cidade, vendo de perto as transformações aqui realizadas. Isso motiva as pessoas a retornar mais vezes, hospedar-se e até comprar imóvel de veraneio. Em termos políticos, o congresso é frequentado por inúmeras autoridades e personalidades, que acabam estreitando as relações políticas com o anfitrião do evento.

Quantas pessoas serão mobilizadas para atuar no congresso?

Estimamos que cerca de 300 funcionários municipais estarão envolvidos nos preparativos e no decorrer do evento.

Estima-se que a renda gerada pelo evento será de quanto?

Só entre alimentação e hospedagem, acreditamos que irão girar no comércio da cidade entre R\$ 2,5 a R\$ 3 milhões. ■



Nossa Caixa

O banco do coração de São Paulo

www.nossacaixa.com.br

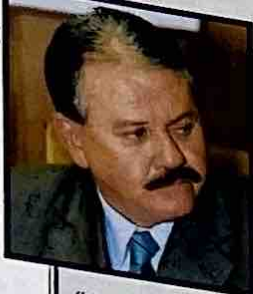
Nossa Caixa

O banco dos municípios, presente em todo o Estado de São Paulo.

Sr(a). Prefeito(a): a Nossa Caixa criou produtos e serviços especialmente para facilitar o dia-a-dia da administração da sua cidade. Um amplo e diferenciado *portfolio* para oferecer à sua prefeitura instrumentos importantes de modernização da máquina pública e de apoio ao desenvolvimento social e econômico da sua comunidade.

- Folha de Pagamento dos Funcionários
- Concessão de Empréstimos aos Funcionários
- PCM - Programa Comunitário de Melhoramentos
- BEC - Bolsa Eletrônica de Compras
- Cartão Compra Eletrônica
- Arrecadação de IPTU
- Pagamento a Fornecedores
- Cobrança da Dívida Ativa
- Cobrança de Multas de Trânsito
- Banco do Povo Paulista

Parabéns pelo sucesso nas urnas. Conte com a Nossa Caixa.



Saúde

Coordenador: Celso Giglio
Presidente da APM, prefeito de Osasco por duas gestões, deputado federal e deputado estadual

"A saúde é considerada uma das áreas mais problemáticas do País. As prefeituras deveriam receber transferências do SUS (Sistema Único de Saúde) para oferecer os serviços à população. Ocorre que, cada vez mais, o poder público municipal é obrigado a utilizar verbas próprias do seu orçamento para complementar os gastos deste setor. Ao mesmo tempo, não existe complementaridade entre as ações dos órgãos municipais, estaduais e federais. O objetivo do painel será discutir essas questões na tentativa de se encontrar mecanismos que possam melhorar os serviços prestados."

Segurança Pública Urbana e Rural

Coordenador: Aquevirque A. Nholla
Presidente do Conselho Deliberativo da APM e ex-Vice-Prefeito de São João da Boa Vista



"Os palestrantes convidados discutirão as formas de acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança para, por exemplo, viabilizar investimentos em tecnologia da informação – TI para o setor. Ainda na seara de busca por recursos, serão debatidas maneiras para conquistar financiamentos para a implantação de sistema de monitoramento com câmeras, atualmente tão presentes em algumas grandes cidades do interior do Estado de São Paulo. Também não ficarão de fora as discussões em torno do patrulhamento rural, da guarda municipal e do papel dos CONSEGS (Conselhos Municipais de Segurança)."



As Parcerias Público-Privadas e as Obras e Serviços Públicos de Infra-Estrutura, Especialmente: Transporte, Energia e Saneamento Básico

Coordenadora: Dra. Darci Fernandes Pimentel
Advogada

"A falta de recursos financeiros nos municípios, somada à necessidade premente de efetivação do seu desenvolvimento, têm levado as autoridades a buscar soluções alternativas para o problema. Dentre as mais apontadas estão as parcerias entre o Poder Público e o setor privado na prestação dos serviços e realização das obras públicas. O painel irá discutir as possíveis formas de parcerias, em especial a contemplada pela Lei nº 11.079/2004, contando com debates entre os responsáveis pela realização das obras e serviços e a sociedade civil, bem como palestra técnica."

Política Agrícola

Coordenador: José Mauro D. Orlandini
3º tesoureiro da APM e ex-prefeito de Bertiooga



"A maioria dos municípios é agrícola, por isso, esse painel irá sugerir serviços que melhorem a vida no campo. Os programas 'Melhor Caminho' e 'Estradas Vicinais' já viabilizam o acesso aos rincões paulistas possibilitando maior integração e escoamento da produção. Ainda assim, a liberação de recursos para investimentos no setor perante entidades financeiras é um entrave. Esse tema será um dos principais abordados pelos agentes financeiros convidados. O Turismo Rural também será destaque, já que a área representa um apoio potencial para o desenvolvimento sócio-econômico e geração de empregos."

Confira que temas serão abordados em cada painel do Congresso. Cada coordenador faz um breve relato sobre os assuntos que irão mapear cada painel.



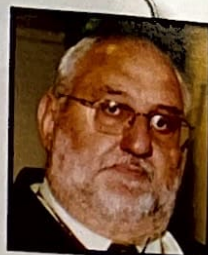
Políticas Públicas Municipais para Criança, Adolescente e Terceira Idade

Coordenador: Rubem Figueiredo
Cientista político e integrante do Conselho Técnico da APM

"A preocupação com as crianças, os jovens e a terceira idade deve ser a tônica do trabalho social das administrações municipais modernas. Para que isso ocorra, é necessária a intersecção do trabalho de várias Secretarias e a implementação de programas multidisciplinares. Atividades nas áreas de saúde, esporte, cultura e lazer são fundamentais para que surjam iniciativas bem sucedidas. É necessária, ainda, uma atenção especial ao problema das drogas, que é, ao mesmo tempo, uma questão de saúde e de segurança pública. De uma maneira geral, as prefeituras têm se mostrado muito tímidas nesta área."

A Atuação do Poder Judiciário para Ajudar o Município

Coordenadores: (de cima para baixo) Antônio César Simão, secretário da APM e Sebastião Misiara, presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo



Verdeir R. dos Santos



Renato Fico

"Este painel irá discutir como o Poder Executivo municipal pode ter uma maior aproximação com o Judiciário, para que esse último participe mais efetivamente do desenvolvimento dos municípios, mantendo sempre a independência de atividades e atuação dos dois poderes. Vamos contar com a participação de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e da Procuradoria Geral de Justiça, que contribuirão com suas experiências a partir do poder local."



Educação

Coordenador: Marcos Monti
1º Vice-Presidente da APM e ex-Prefeito de São Manuel

"A lei do Fundef será extinta em 2006, e o Governo Federal já tem uma proposta pronta para enviar ao Congresso Nacional: o Fundeb (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação Básica). Além do financiamento do ensino fundamental, serão incluídos o ensino básico e o médio. Mas, para que ocorra essa inclusão, serão retirados recursos do ICMS e FPM dos municípios. Por isso, devemos discutir com todas as lideranças municipalistas a Educação que queremos para nossos municípios e exigir que os Governos Estaduais e Federal dêem suas parcelas de contribuição para o novo fundo. Participem desta luta!"

Desenvolvimento das Vocações Municipais Regionais

Coordenadora: Cibele Riva Rumel
Presidente do GRAPROHAB – Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo



Verdeir R. dos Santos

"Esse painel tratará dos Planos Diretores Municipais de Desenvolvimento Estratégico, como determinado pela Lei Federal 10.257 de 2001 – o Estatuto da Cidade. Falaremos sobre a vocação de cada município em sua região como instrumento de orientação para a elaboração desses Planos, que são importantes ferramentas de planejamento econômico, territorial e social do município. Serão apresentadas estratégias para criação dos projetos, seus conteúdos e os instrumentos geradores de legislação municipal que os implementem."

“Velhos” gestores e as fórmulas para o sucesso

POR VIVIANE BORLINA



Eficiência nem sempre é reconhecida.
Apenas um terço dos candidatos foram reeleitos

As últimas eleições municipais de São Paulo mostraram que em time que está ganhando não se mexe. O eleitor sabe bem disso e as urnas confirmaram. Em 196 municípios paulistas, cerca de 30% das cidades do Estado têm prefeitos reeleitos e em 449 deles ocupam o cargo novos gestores ou administradores que já estiveram à frente do Executivo, pelo menos uma vez.

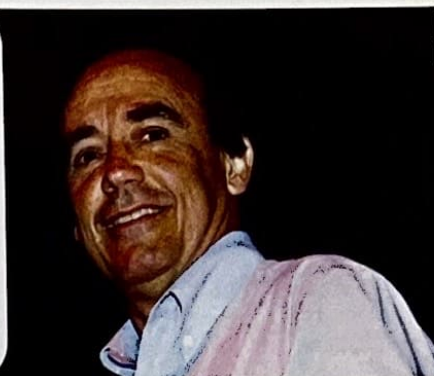
Um bom exemplo é o prefeito de Barueri, Rubens Furlan, que esteve à frente da administração do município por dez anos e volta a administrar a cidade com o objetivo de “superar a si mesmo e ser um determinado”.

Furlan disse que sua administração será marcada por incansável trabalho diário e que “vai se superar” ao longo do próximo mandato, para a realização de uma série de

projetos. Segundo ele, o setor da educação deve ser um dos que terá atuação ainda mais contundente. “Investiremos no ensino técnico e profissionalizante e formaremos nossos jovens e adolescentes para preencherem as vagas do mercado de trabalho hoje existentes em nosso município”.

O prefeito Rubens Furlan comentou, ainda, que tamanha será a qualidade de ensino das escolas

**"Governar Santana de Parnaíba será o maior desafio da minha vida",
Benedito Fernandes**



baruerienses que não haverá mais espaço na cidade para as escolas particulares.

Para sua atual administração, Rubens Furlan prometeu um grande governo: "Haveremos de nos superar para fazer o melhor para Barueri. Serei um determinado e trabalharei diariamente para a nossa cidade seguir nos trilhos do desenvolvimento. Assim como nosso povo, eu também sou um brasileiro de fé", finalizou o prefeito reeleito.

O sucessor de Silvinho

O resultado das eleições em Santana de Parnaíba confirmou todos os números das pesquisas realizadas durante o período de campanha: a liderança absoluta do candidato a prefeito do PFL (Partido da Frente Liberal), Benedito Fernandes e do vice, Cezar, pela coligação "O Trabalho tem que Continuar". Com 85,04% dos votos válidos – o que equivale a 33.855 eleitores –, Benedito Fernandes superou nas urnas os percentuais levantados pelo Instituto DataPress de Pesquisa de Opinião, que conferiram ao candidato 75,90% das intenções de voto, em setembro.

Silvinho Peccioli fez uma excelente

administração – depois que ele assumiu a prefeitura da cidade, tudo mudou. A população passou a contar com serviços básicos, antes indisponíveis, como ensino e saúde de qualidade e programas sociais – praticamente inexistentes antes de 1997. O ex-prefeito destaca a legitimidade da eleição de seu sucessor. "Benedito Fernandes, sem dúvida, é um campeão de votos e este resultado é a resposta da população ao grande trabalho que vem sendo feito em Santana de Parnaíba", disse Silvinho.

Benedito Fernandes destacou que a voz das urnas mostrou que, seja na prefeitura ou na Câmara, a população de Parnaíba quer a sequência do trabalho que vinha sendo realizado na administração anterior. "A população queria que o futuro prefeito tivesse a maioria e traduziu essa vontade na escolha das pessoas que vão formar a Câmara Municipal".

O prefeito eleito foi categórico ao afirmar seu elo político com o ex-prefeito. "Entre nós existe um elo de responsabilidade não só com o grupo político, mas primeiramente com a cidade", ressaltou.

O novo prefeito de Santana de Parnaíba reafirmou o compromisso com a continuidade dos investi-

mentos em saúde, educação, infraestrutura e, sobretudo, com o aumento da atividade econômica no município.

"Governar Santana de Parnaíba será o maior desafio da minha vida. Afinal, serei o substituto do melhor prefeito que a cidade já teve", concluiu Fernandes.

São Bernardo moderna

Reeleito com 76,37% dos votos válidos, uma das mais expressivas do Estado, William Dib acredita que o reconhecimento da população deu-se pelo trabalho sério desenvolvido desde 1997. "A cidade está totalmente diferente. Em algumas áreas avançamos 30 anos. Quando assumi o governo, em 1997, o município contava com a dívida de um orçamento. Um orçamento inteiro estava comprometido, inclusive com



**"Quando você melhora a qualidade de vida das pessoas, elas reconhecem e agradecem",
William Dib**

o salário dos funcionários atrasados", relata o prefeito.

Hoje, a situação do município é bem diferente. "Este ano fechamos com 5% de superávit, com todas as contas honradas e com uma previsão de investimentos para infra-estrutura no próximo ano de 18% do orçamento municipal, que é de R\$ 1,3 bilhão. E isso a população reconhece, pois quando você melhora a vida das pessoas, dá educação de qualidade para as crianças, melhora o sistema viário da cidade, dá condições mais justas e humanas para a população viver, o povo reconhece", explica Dib.

Para essa nova administração o prefeito reeleito promete mudar a cara da cidade e torná-la mais atrativa. Para isso autorizou no mês de dezembro passado a contratação das obras do "Programa São Bernardo Moderna". Aprovado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), este é o maior programa de reformulação viária e de transporte urbano que a institui-



**"O trabalho e a construção de uma cidade dos nossos sonhos não terminam nunca",
Rubens Furlan**

O Programa é o mais ambicioso e audacioso projeto de modernização viária que uma cidade brasileira já concebeu. Ele quer transformar São Bernardo num prazo máximo de cinco anos. Serão investidos US\$ 254 milhões, dos quais US\$ 144 milhões financiados pelo BID e US\$ 110 milhões de contrapartida pela própria administração municipal. Todos esses recursos serão empregados em um conjunto de obras, intervenções, equipamentos e serviços cujo objetivo é transformar o município num moderno pólo de desenvolvimento e geração de empregos e renda.

mil votos, conseguiu mostrar nas urnas, além de seu carisma natural, também o fato de haver demonstrado na administração anterior, sua capacidade de ser um "fazedor de obras", dos quais reconhecido como uma pessoa honesta e justa. A área do Parque da Aldeia foi criada por ele, numa demonstração à população da importância da história para a vida de cada um. Entre suas principais obras destacam a implantação de quatro parques (Paturis, Planalto, Aldeia e Lagoa), a inauguração de hospitais e postos, como o pronto-socorro infantil, a construção do Complexo Industrial e Esportivo Vila Cretti, além da implantação de uma Fatec (Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo) na cidade e que está em fase de construção.

Para o próximo mandato, promete imprimir a mesma seriedade e o mesmo afinho na realização de novas obras sempre focando a melhoria da qualidade de vida da população de Carapicuíba.

**"Seriedade e afinho para melhorar a qualidade de vida",
Fuad Chucre**



ção financia em todo o Brasil. "O Programa São Bernardo Moderna é um programa de desenvolvimento real que se preocupa com a cidadania, com o desenvolvimento social e econômico e com o meio ambiente", afirma o prefeito.

Um "fazedor de obras"

A cidade de Carapicuíba, a noroeste da capital paulista, com uma população de aproximadamente 550 mil habitantes, reelegeu Fuad Gabriel Chucre, com 82,06% dos votos válidos. Fuad, eleito com mais de 110

Gente como a gente

De origem humilde, da zona rural, Cido Espanha foi funcionário público municipal por cerca de dez anos, tendo exercido as funções de office-boy, faxineiro e mais tarde

Como ser um bom administrador, segundo Tuga Angerami



José Gualberto Tuga Martins Angerami nasceu em 17 de abril de 1950. É doutor em psicologia pela Universidade Federal de Brasília, mestre pela Western Michigan University (Estados Unidos) e professor universitário na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp/Bauru.

Em 1983, quando foi prefeito pela primeira vez em Bauru, o Brasil reiniciava um processo democrático, saindo do período ditatorial. Neste sentido, sua administração caracterizou-se por acompanhar a efervescência da sociedade brasileira pela volta da democracia e os debates que precederam a Constituinte de 1988, gerando um forte movimento de organização popular no município.

Muito experiente, o prefeito reeleito dá algumas dicas para os novos prefeitos que estão chegando: "As dicas são as mesmas que eu daria para qualquer cidadão, inclusive àqueles que não ocupam cargo público. Sejam transparentes, procurem utilizar critérios técnicos ao

escolher seu secretariado. Sejam cuidadosos ao tomarem quaisquer decisões, sempre consultando o Departamento Jurídico. Outro ponto importante é a postura política: é preciso ser democrático na forma de governar, ouvindo sempre a opinião da sociedade organizada".

E mais, "uma boa providência para os prefeitos que estão assumindo pela primeira vez o Executivo é fazer um raio-x detalhado da situação da prefeitura, por dois motivos: como forma de se resguardar e para traçar um planejamento adequado e, assim, ter condições de cumprir os cronogramas de trabalho", finaliza.

auxiliar de Serviços Gerais. Curso o Segundo Grau, também foi funcionário da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e presidente de associação de bairro. Candidato em 1992 a vereador, foi eleito com o maior percentual de votos da cidade. Quatro anos mais tarde, foi reeleito vereador, novamente, o mais votado; atingiu sozinho o coeficiente eleitoral. Em 1998, candidatou-se a deputado, bateu o recorde de votos em Mococa, e tornou-se suplente. Em 2000, em eleição municipal, obteve quase 80% dos votos e foi eleito prefeito. Em 2004, foi reeleito com 84% dos votos válidos. Seus principais trabalhos foram: saneamento das dívidas e recuperação da frota de veículos da prefeitura; melhoria na qualidade da educação e da saúde; realização de pavimentação asfáltica em todos os bairros da periferia; urbanização,

construção e iluminação de diversas praças; criação de programas sociais para atender os desempregados e as famílias carentes. Em quatro anos de governo foram mais de 400 obras em todos os setores.

Uma Bauru mais justa e desenvolvida

Município com cerca de 300 mil habitantes Bauru, elegeu Tuga Angerami para tornar o município uma cidade mais bela, mais justa, democrática e muito mais desenvolvida. "Sempre governei pensando no povo, nas reais necessidades da população. Desta vez, com mais experiência na vida



"Em quatro anos de governo realizei mais de 400 obras em todos os setores"
Cido Espanha

pública – fui deputado federal durante dois mandatos –, vou fortalecer as ações que beneficiem a maioria. O cidadão feliz é aquele que tem bom atendimento na saúde, tem transporte bom e barato, vaga para seus filhos nas creches e escolas, tem ruas bem asfaltadas, emprego, segurança... Vamos buscar sempre trabalhar nesse sentido, como já fiz na minha primeira administração (1983/1988), agora ainda com mais garra e força", garante Tuga. **npv**

Guarulhos, Estado e Infraero discutem propostas para ampliação do aeroporto

O prefeito de Guarulhos, Elói Pietá, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o presidente da Infraero (Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária), Carlos Rocha Campos, assinaram, no mês de janeiro, um termo de cooperação que cria uma comissão tripartite para discutir propostas relativas ao Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos.

O principal objetivo do novo grupo de trabalho, formado por nove integrantes dos governos estadual e municipal e da Infraero, é elaborar uma proposta de convênio especificando as responsabilidades de cada um nas ações de ampliação do aeroporto. Para isso, a comissão deverá elaborar propostas para equacionar problemas de habitação, drenagem, infra-estrutura urbana e ferroviária, e impacto ambiental. A criação do Expresso Aeroporto, uma linha ferroviária exclusiva que ligará o Aeroporto de Cumbica à região da Barra Funda, na Capital, está entre os temas que serão discutidos pelo grupo.

Segundo o coordenador de Assuntos Aeroportuários de Guarulhos, Delmar Mattes, o encontro foi extremamente positivo. "Esta foi uma oportunidade ímpar. Nossa expectativa é que, a partir dessa comissão, a Prefeitura possa avançar na resolução dos problemas que afetam a população de Guarulhos", disse, referindo-se às cerca de cinco mil famílias que moram no entorno do aeroporto e serão diretamente afetadas pela

construção da terceira pista.

O prefeito Elói Pietá ressaltou que a ampliação é uma questão nacional e que beneficiará todo o País, mas que a administração municipal se esforçará para dar uma solução para o problema habitacional que será provocado com a desapropriação. "Essas famílias vão ter uma situação melhor do que a atual", afirmou.

A idéia é que a iniciativa privada participe da construção do Expresso Aeroporto. De acordo com o governador Geraldo Alckmin, existe a proposta de contratação de um instituto de engenharia financeira para verificar a viabilidade da participação do setor particular, por meio das Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Expresso Aeroporto

A proposta inicial do Expresso Aeroporto prevê a construção de uma linha ferroviária exclusiva, ligando ponto a ponto o Aeroporto de Guarulhos à região da Barra Funda, na Capital. O trajeto cor-

responde a 31 quilômetros e a viagem poderá ser feita em 20 minutos, com serviço de *check-in* na própria estação.

O projeto foi elaborado com

base em uma

pesquisa efetuada pelo governo do Estado com 2.400 pessoas, que apontaram esse percurso como o trajeto ideal. O ponto de chegada em São Paulo ainda não está definido, porque exige a construção de uma passagem subterrânea nas proximidades da Estação da Luz, o que encarece o custo da obra. Para diminuir o custo do empreendimento há a possibilidade de transferir o ponto de chegada na Capital para a Estação Júlio Prestes.

O trem expresso deve seguir o traçado da linha da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) até o bairro do Brás (Zona Leste da capital), a partir do leito da linha F (também na Zona Leste) e na altura do Parque Ecológico Tietê. Neste ponto, ele sai do percurso da CPTM e segue margeando a rodovia Hélio Smidt até o Aeroporto Internacional de Guarulhos. A implantação do expresso e do Trem de Guarulhos está orçada em U\$ 572 milhões.



Criada parceria para ampliar Aeroporto de Guarulhos

São Vicente implanta city-tour

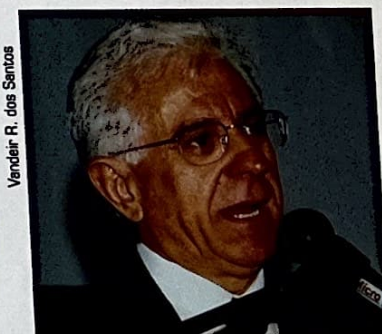
Como incentivo ao turismo, a Prefeitura de São Vicente, em parceria com a Setur (Secretaria de Turismo), lançou o projeto City Tour. O projeto oferecerá aos turistas um passeio pelos principais pontos turísticos da cidade, como Biquinha de Anchieta, Horto Municipal, Parque Cultural Vila de São Vicente, Monumento Niemeyer, entre outros. Duas vans realizam os passeios, das 9 às 19 horas, sempre com a saída a cada uma hora e meia de qualquer um dos pontos turísticos. O ingresso custa R\$ 3 e no ato da compra o turista ganha uma pulseirinha, que dá o direito de realizar as visitas durante o dia inteiro, com saída de qualquer um dos locais. Os visitantes podem contar com seis Postos de Informações Turísticas (PIT's), onde são realizados, diariamente, cerca de três mil atendimentos. Confira os locais em que podem ser sanadas dúvidas sobre o município: PIT Metropolitano do Careca's, PIT Itacaré; PIT Mirante 500 anos; PIT Parque Iupuiara; PIT Rodoviária e PIT Horto. Todos os postos funcionam diariamente, inclusive aos sábados e domingos, sempre das 8 às 18 horas.

Araçatuba: próximo alvo do Bovespa Vai aos Municípios

O programa Bovespa Vai aos Municípios visitará a cidade de Araçatuba e região no próximo dia 7 de abril. Os gestores locais terão acesso a palestras e material didático sobre investimentos em poupança de longo prazo e financiamento para as empresas. Com a parceria da Associação Paulista de Municípios e do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam), o programa visa popularizar os tipos de transação no interior do Estado. Um veículo equipado que fun-

ciona como escritório itinerante – o Bovmóvel – atenderá os potenciais investidores na cidade visitada. “Queremos disseminar a cultura do investimento de longo prazo e mostrar aos empresários locais que o mercado de capitais pode ser um instrumento estratégico para a expansão e desenvolvimento de seus negócios”, explica o presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho. Em 2004, o programa passou pelas regiões de Jaú, Campos de Jordão, São José do Rio Preto, Marília, Assis e Campinas.

Assembléia Legislativa de São Paulo promove 1º Programa de Formação de Agentes Políticos



Vanêr R. dos Santos

Beraldo: "repasse do ICMS em São Paulo são injustos"

políticos para o bom exercício de suas novas funções. Em um dos painéis de debate, o presidente da Assembléia Legislativa, Sidney Beraldo (foto), propôs a criação de um projeto para mudar os parâmetros de transferência do ICMS aos municípios. Segundo ele, os atuais critérios de repasse em São Paulo são injustos. “Outros Estados já estão mais avançados na solução desse problema”, comentou. Os presentes também discutiram o papel dos legislativos municipais, a estrutura do Estado e sistema político brasileiro, o estatuto da cidade e a agenda metropolitana, entre outros temas.

Organizado pelo Instituto do Legislativo Paulista (ILP), órgão da Assembléia Legislativa do Estado que desenvolve programas educacionais e de pesquisa para subsidiar trabalhos parlamentares, o programa reuniu durante todo o dia 25 de fevereiro prefeitos e vereadores eleitos no último pleito. O objetivo do evento foi informar e preparar os novos agentes

CAIXA

Produtos, serviços tão diversos os municípios



Só na CAIXA você encontra a linha mais completa de

A CAIXA é o único banco presente no Brasil inteiro. Mas tão importante quanto estar em todos os municípios do País é oferecer produtos, serviços e programas modernos que atendam às necessidades

de cada local. Marque uma visita com um de nossos gerentes e comprove como a CAIXA tem a linha mais completa de soluções para os governos estaduais e municipais.

CAIXA.

produtos e programas para todos os municípios do Brasil.



produtos, serviços e programas para os governos municipais.

**CAIXA. Tudo que seu município
precisa para crescer.**

Atendimento para estados e municípios CAIXA:

0800 573 0104

www.caixa.gov.br

CAIXA

Para você. Para todos os brasileiros.



Encontro Governo Solidário reúne primeiras-damas

Presidentes de Fundos Municipais também participaram de encontro no qual Lu Alckmin distribuiu verba de R\$ 5 milhões para programas sociais

Dado Cavallari



Lu Alckmin fala para platéia de mais de 600 primeiras-damas

Com a renovação de 70% dos prefeitos pós-eleições 2004, os municípios paulistas também mudaram a gestão do trabalho comunitário regional com a entrada de novas primeiras-damas no poder. E foi no Encontro Governo Solidário, ocorrido no fim de fevereiro, que essas mais de 600 mulheres – além dos presidentes de Fundos Municipais

– lotaram o auditório do Palácio dos Bandeirantes e puderam ter o primeiro contato com os programas sociais estaduais e com a presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado (Fussesp), Lu Alckmin. Na ocasião, a presidente anunciou a distribuição de mais de R\$ 5 milhões para a ampliação ou implantação de programas de geração de renda para os 645

municípios paulistas. No total, recursos no valor de R\$ 8 mil serão repassados para cerca de 550 municípios por intermédio de convênios para aquisição de material permanente e implantação dos projetos de capacitação de costureiras e profissionais especializados na confecção de pães, por exemplo. “As primeiras-damas, cujos municípios ainda não têm nenhum projeto em andamento, devem

Recursos de R\$ 8 mil serão repassados por meio de convênios

procurar as assessorias técnica e jurídica do Fundo”, recomendou Lu Alckmin.

Segundo a presidente, todos os programas e os espaços de lazer que possuem a chancela do Fussesp foram montados sem gastar dinheiro do Estado: “Todas as 6.500 padarias artesanais montadas em São Paulo foram doadas pela iniciativa privada, sem gastar nem um tostão do governo”, enfatizou Lu.

Entre abril e novembro, a presidente viajará pelo Estado para avaliar os projetos já implementados e trocar experiências com os presidentes de Fundos Municipais.

TCU lança programa para orientar prefeitos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal

O Tribunal de Contas da União lança na segunda quinzena de março o programa Diálogo Público. Patrocinada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a iniciativa visa orientar os prefeitos para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. O TCU pretende assim reduzir o número de irregularidades no uso de verba pública que, segundo o seu presidente, o Ministro Adylson Motta, é alto porque a maioria dos gestores desconhece as leis que gerem a administração pública. "Imagina-se que 90% [das fraudes ocorrem] por ignorância, pela falta de experiência pública [dos prefeitos]", afirmou Motta em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo. O presidente informou ainda que somente 10% dos prefeitos do País, de fato, têm envolvimento com transações ilegais e desvios que caracterizam atos de corrupção. Com a parceria da Federação

Nacional de Municípios, o programa Diálogo Público tem sua primeira reunião marcada para os dias 17 e 18 de março, em Belém, no Pará. Confira onde acontecerão os próximos encontros:

Data	Estado
17 e 18/3	ES
31/3 e 1 ^a /4	AM
5 e 6/4	GO
7 e 8/4	SE
12 e 13/4	MA
14 e 15/4	CE e TO
19 e 20/4	RN e RO
28 e 29/4	AL e AP
2 e 6/5	MG
12 e 13/5	MT, PE e RR
16 e 20/5	PR
24 e 25/5	AC e PB
30/5 e 3/6	BA
2 e 3/6	PI
9 e 10/6	MS
14 e 17/6	SP
21 e 22/6	RJ
23 e 24/6	SC
4 e 8/7	RS

Aneel anuncia luz mais cara no interior

A energia elétrica ficou mais cara para cerca de 1 milhão de consumidores do Estado de São Paulo em fevereiro. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou o índice de reajuste de 13 distribuidoras de energia, entre elas nove no estado de São Paulo.

Os cálculos dos índices baseiam-se no IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor) e na variação de custos que as empresas tiveram no período de um ano. A Companhia Sul de Energia, que atende cidades como Itapetininga e São Miguel Arcanjo, teve de repassar um aumento - o maior - de 18,34% para 60 mil usuários.

Em segundo, ficaram os consumidores da Companhia Paulista de Energia, que vão pagar 18,20% mais caro.

Na região de Catanduva e Novo Horizonte, os 85 mil atendidos pela Companhia Nacional de Energia Elétrica devem ficar com um reajuste de 16,48%.

Projeto sugere adoção de Linux para gestão municipal

Representantes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) apresentaram ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), em Brasília, o projeto de Solução Integrada de Gestão Municipal (SIAMWEB). Os programas de gestão administrativa são baseados em padrões abertos,

como, por exemplo, o Linux.

O projeto surgiu como alternativa para as prefeituras reduzirem custos com programas administrativos. De acordo com a CNM, as prefeituras que adotarem os módulos de gestão terão serviços como a manutenção e atualização do código fonte, incorporação

de mudanças na legislação federal ou estadual, evolução tecnológica com a participação de funcionários, entre outros atributos.

O órgão também pretende capacitar técnicos das prefeituras na utilização dos programas em código aberto.

No firme propósito de elevar a sua prestação de serviços, o IBGE de São Paulo enviará, em breve, a todos os(as) Prefeitos(as) Municipais, recentemente empossados, um ofício, disponibilizando-se para colaborar, em especial com a elaboração, implementação, manutenção e melhoria das políticas públicas municipais e das ações locais da iniciativa privada, voltadas à melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Para tanto, o IBGE de São Paulo já está disponibilizando mais um canal de atendimento, no endereço eletrônico municipios.sp@ibge.gov.br. Criado especialmente para agilização dessa prestação de serviços à sociedade, visa a maximização dos resultados da parceria com as Administrações Municipais, já no início de um novo mandato, em franco apoio a tanto trabalho que deverá ser

executado, sempre com respeito às obrigatoriedades da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Plano Diretor do Município.

Agropecuária e Petróleo: destaques

Os resultados das Contas Regionais de 2002, divulgados pelo IBGE em 07/12/2004, em parceria com os governos estaduais, mostram que o ano foi marcado pelo bom desempenho da Agropecuária (7%) e da Extrativa Mineral (11,7%), em especial, o petróleo.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o petróleo cresceu mais de 15%, enquanto em Minas Gerais o minério de ferro cresceu 7,5%.

Na comparação com 2001, Mato Grosso, com variação de 9,5%, foi o Estado que mais cresceu, influenciado, sobretudo, pela Agropecuária, que teve crescimento de 17,7%.

Com desempenho abaixo da

média nacional (1,9%), menores taxas foram registradas em Alagoas (0,2%), Piauí (0,6%), São Paulo (0,7%), Rio Grande Sul (1,1%), Bahia (1,2%), Santa Catarina (1,5%) e Paraná (1,7%), que, juntos, respondem por quase 55% de participação no PIB.

Em relação ao PIB *per capita* o maior valor foi do Distrito Federal (R\$16.361) e o menor, do Maranhão (R\$1.949). A novidade, no entanto, ficou por conta da mudança de posição entre alguns Estados. Em 2002, o PIB *per capita* do Rio de Janeiro (R\$11.459) foi maior do que o de São Paulo (R\$11.353), enquanto o da Bahia (R\$4.629) superou o de Pernambuco (R\$4.482).

Apesar da liderança, caiu a participação de São Paulo. Desde o início da série (1985), os mesmos sete Estados mantêm as maiores participações no PIB. São eles, por ordem decrescente: São Paulo (32,6%), Rio de Janeiro

IBGE fecha 2004 com muito trabalho

Instituto fornecerá aos novos gestores municipais, subsídios para que as novas administrações implantem políticas públicas eficazes

(12,6%), Minas Gerais (9,3%), Rio Grande do Sul (7,8%), Paraná (6,1%), Bahia (4,6%) e Santa Catarina (3,9%). Juntos, esses Estados detinham, em 2002, 77% do PIB.

Apesar da liderança, São Paulo apresenta, no período, o menor nível de participação da série, que já esteve em 37% em 1990.

As Fundações e Associações/2002

Com o lançamento da publicação *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002*, o IBGE apresenta um perfil das instituições privadas sem fins lucrativos que atuam no Brasil relativo ao ano de 2002 e o seu crescimento entre os anos de 1996 e 2002.

No Brasil, 1,5 milhão de pessoas trabalham em 276 mil fundações privadas e associações prestadoras de serviços sem fins lucrativos.

Com base nos dados do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE, a publicação retrata essas instituições, com informações por região e por estado, como: número de entidades, número de empregados, salários médios mensais, data de criação e classificação por finalidade de uso.

Trata-se de um estudo inédito, realizado pelo IBGE e IPEA, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais (ABONG) e com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), que faz um retrato completo das 276 mil instituições privadas e sem fins lucrativos, que empregam 1,5 milhão de pessoas, pagando salários e outras remunerações no valor de R\$ 17,5 bilhões.

Essas organizações têm, em comum, serem, ao mesmo tempo, voluntárias, autônomas e privadas, formadas por cidadãos que se reúnem livremente em torno de objetivos comuns. Por esse critério, foram excluídas as associações de cunho mercantil, as que sejam reguladas pelo governo ou as que tenham estrutura jurídica específica que impossibilite a uma pessoa ou organização qualquer desempenhar essas atividades, como é o caso de partidos políticos, sindicatos, consórcios etc.

A região Sudeste concentra 44% das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, sendo que apenas São Paulo (21%)

e Minas Gerais (13%) reúnem um terço das organizações existentes no Brasil.

A grande maioria (62%) das associações sem fins lucrativos foi criada a partir dos anos de 1990; as sediadas no Norte e Nordeste são bem mais jovens que as do Sul e Sudeste. A cada década se acelera o ritmo de crescimento, que foi de 88% de 1970 para 1980; de 124% de 1980 para 1990 e, apenas de 1990 para 2002, de 157%.

São organizações muito pequenas e com grande participação de entidades religiosas.

De modo geral, o conjunto das empresas sem fins lucrativos é formado por milhares de organizações muito pequenas e por uma minoria, que concentra a maior parte dos empregados do setor.

Cerca de 77% delas não têm sequer um empregado e, por outro lado, cerca de 2.500 entidades (1% do total) absorvem quase um milhão de trabalhadores.

Outra característica dessas instituições sem fins lucrativos é a grande participação de entidades religiosas.

Organizações de Saúde e Educação

As organizações que prestam serviços em saúde e educação estão entre as mais antigas, particularmente hospitais e escolas de segundo grau, tendo 70% delas sido criadas antes da década de 1990 e estando dois terços delas concentradas na região Sudeste.

Vendas do comércio crescem em outubro

Receita nominal cresceu 13,40%. Vendas e receita acumulam, respectivamente, 9,27% e 12,24% no ano e, nos últimos 12 meses, 7,76% e 11,88%. O volume de vendas cresceu em 25 das 27 Unidades da Federação e em quatro das cinco principais atividades do varejo. Em outubro, o comércio varejista do País registrou alta de 13,40% na receita nominal e de 8,46% no volume de vendas. Essas taxas sofreram pequena redução em relação a setembro. Os acumulados do ano (9,27% no volume de vendas e 12,24%

foi de 5,74% em setembro para 6,75%, e São Paulo, de 9,48% para 7,41%. A atividade combustíveis e lubrificantes determinou a diferença no comportamento de ambos: queda (-6,41%) no volume de vendas do Rio e aumento de 3,06% em São Paulo.

No acumulado do ano, o Rio de Janeiro (7,27%) ainda apresenta crescimento inferior ao de São Paulo (8,93%). As duas Unidades da Federação mantêm praticamente estáveis os acumulados no ano, mas seguem ampliando suas taxas acumuladas nos últimos 12 meses: 5,24% no Rio de Janeiro e 7,36% em São Paulo.

variações, na maioria dos grupos populacionais analisados no País. Esses resultados fazem parte da segunda etapa realizada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003 do IBGE, cujos capítulos sobre a composição da dieta alimentar e do estado nutricional foram feitos em parceria com o Ministério da Saúde.

A POF 2002-2003 revela que a população adulta brasileira, quando observada no seu todo, não está exposta aos riscos de desnutrição, sendo a taxa de 4% compatível com os padrões internacionais, uma proporção esperada de indivíduos que são constitucionalmente magros. Taxas entre 3% e 5% são encontradas em todas as populações não expostas a deficiências nutricionais. Assim, apenas quando os déficits excedem os 5% se considera que a população está exposta a risco de desnutrição.

Excesso de peso e obesidade são diferentes entre homens e mulheres e nos meios urbanos e rurais.

Em 2003, o excesso de peso afetava 41,1% dos homens e 40% das mulheres, sendo que obesidade afetava 8,9% dos homens adultos e 13,1% das mulheres adultas do País. Portanto, os obesos representavam 20% do total de homens e um terço das mulheres com excesso de peso.

O excesso de peso tende a aumentar com a idade, de modo mais rápido para os homens e, de modo mais lento, porém mais prolongado, para as mulheres. A partir dos 55 anos para os homens



Consumo de proteínas animais ultrapassa 50% no País

na receita nominal) ficaram muito próximos dos verificados de janeiro a setembro (9,36% e 12,10% respectivamente). Já no acumulado dos últimos 12 meses, a receita (11,88%) caminhou para a estabilização, e o volume de vendas (7,76%) manteve-se em escala ascendente.

Responsáveis por quase 50% da receita bruta do comércio varejista nacional, Rio de Janeiro e São Paulo tiveram, em outubro, um volume de vendas abaixo do varejo do País: o Rio

Excesso de peso atinge 38,8 mi de brasileiros

A frequência do excesso de peso na população supera em oito vezes o déficit de peso entre as mulheres e em 15 vezes o da população masculina. Num universo de 95,5 milhões de pessoas de 20 anos ou mais de idade há 3,8 milhões de pessoas (4,0%) com déficit de peso e 38,8 milhões (40,6%) com excesso de peso, das quais 10,5 milhões são consideradas obesas. Esse padrão se reproduz, com poucas

e dos 65 para as mulheres, observa-se que o excesso de peso tende a cair. Dos 20 aos 44 anos, o excesso de peso é mais freqüente em homens, invertendo-se a situação nas faixas etárias mais altas.

Entre os homens, o excesso de peso se verifica em dois patamares claros: em torno de 34% no Norte e Nordeste e entre 44 e 46% nas demais regiões. Comportamento similar se verifica nas áreas urbanas. Nas áreas rurais, o excesso de peso aparece em proporções bem menores, sendo 21% no Nordeste, atingindo 40% no Sul, ficando entre 28% e 34% nas demais regiões rurais.

Dieta brasileira: teor de proteínas adequado

A segunda etapa de divulgação dos resultados da POF 2002-2003 revela que, em geral, as famílias brasileiras consomem muitos alimentos com alto teor de açúcar, principalmente refrigerantes, e poucas quantidades de frutas e hortaliças. Em termos de quantidades de calorias consumidas, a média diária *per capita* brasileira (1811,18 kcal) ficou abaixo do valor médio de necessidade energética estimado pela FAO para o Brasil (2300 kcal). Esta dieta corresponde à disponibilidade domiciliar de alimentos adquiridos pelas famílias brasileiras e não exatamente ao consumo efetivo alimentar, uma vez que a pesquisa não abrange a alimentação fora de casa. Além disso, sabe-se que uma parte do alimento adquirido não é consumido pelas famílias. Destaque-se que são consideradas

as aquisições monetárias e não-monetárias. A quantidade de calorias médias diárias *per capita* nas áreas urbanas é de 1700 kcal e, nas áreas rurais, de 2400 kcal.

Observa-se que os percentuais de calorias provenientes de carboidratos (59,6%), proteínas (12,8%) e lipídios (27,6%) ingeridos estão dentro dos padrões nutricionais recomendados pela OMS (Organização Mundial de Saúde) - entre 55% e 75% de carboidratos; entre 10% e 15% de proteínas e entre 15% e 30% de lipídios. Nos carboidratos, o desequilíbrio está associado à quantidade de açúcar (sacarose)

na primeira comparação, verificou-se que, entre as grandes regiões, há diferenças expressivas nas quantidades de alimentos obtidas para consumo no domicílio. No Brasil, adquire-se, em média, 48kg de cereais e leguminosas, sendo que Sul é a região que consome menos (39 kg). Centro-Oeste (57kg) e Nordeste (52kg) apresentaram os maiores resultados, seguidos de Sudeste (48kg) e Norte (46kg). As informações apresentadas referem-se às quantidades em quilograma *per capita* anuais de alimentos adquiridos para consumo no domicílio, seja por meio de despesas monetárias (quando o

**Região Sul
é a maior
consumidora
de frutas e
hortaliças**



ingerida: 13,7%, quando o recomendado é de no máximo 10%. Entre as proteínas, destaca-se o consumo superior a 50% de proteínas animais, que possuem maior valor biológico.

Grandes regiões têm consumo diversificado

A POF investigou as aquisições de alimentos anuais *per capita* das famílias brasileiras, cujas informações serviram de base para análise da dieta domiciliar e do estado nutricional dos adultos. Já

pagamento é feito em dinheiro, cheque ou cartão de crédito) ou não-monetárias (alimentos adquiridos através de produção própria, retirada do negócio, troca, doação e outros).

Em relação aos grupos hortaliças e frutas, a região Sul obteve as maiores quantidades adquiridas (39 kg e 31 kg, respectivamente). O Norte (20kg) apresentou a menor aquisição *per capita* de hortaliças, bem abaixo da média nacional (29 kg) e das regiões Sudeste (32kg), Centro-Oeste (23kg) e Nordeste

(22kg). Quanto às frutas, o menor consumo foi do Centro-Oeste (17 kg), seguido de perto pelo Norte (18 kg).

Os hábitos alimentares variam conforme a região do País. No Norte, por exemplo, a aquisição de cocos, castanhas e nozes chega a quase 17kg e pode ser explicado pelo hábito de consumir açaí (emulsão), produto típico da região. Nas demais regiões, o consumo anual *per capita* não ultrapassa 0,6 kg, enquanto a média nacional é de 1,6kg.

Outro grupo que apresenta peculiaridades regionais é o de farinhas, féculas e massas, com consumo médio nacional de 23kg. As maiores aquisições estão no Norte (44 kg) e Nordeste (31 kg), explicadas principalmente pela farinha de mandioca (34kg e 15kg, respectivamente). No Sul, o consumo chega a 28 kg, com destaque para a farinha de trigo (18kg). Já o Sudeste (14 kg) e o Centro-Oeste (11 kg) apresentam as menores quantidades. Já os panificados (20kg) apresentam um consumo bastante homogêneo no Nordeste (20kg), no Sudeste (22kg) e no Sul (21kg), e aquisições mais baixas no Norte (16kg) e Centro-Oeste (14 kg).

Instituto e MinC assinam acordo

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, e o presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Eduardo Pereira Nunes, assinaram no dia 17/12/2004, um Acordo de Cooperação Técnica entre as duas instituições.

A parceria, inédita, tem o objetivo

de criar e atualizar estatísticas sobre Cultura. Será instituída uma comissão técnica com representantes do Ministério da Cultura e do IBGE, para viabilizar um sistema nacional de informações e indicadores culturais.

Com duração prevista para cinco anos, o acordo prevê a assinatura de convênios específicos para cada projeto que atenda os interesses de ambas as partes.

Estatísticas do Registro Civil/2003

Em relação a 1993, cresceu a proporção de mães menores de 20 anos: em 2003, eram mais de 20% do total de mães. No entanto, em 2002, o percentual de mães jovens fora maior: 21,23%.

Entre homens, em 2003, houve quatro vezes mais óbitos violentos do que entre mulheres. Em relação a 1993, a participação dos óbitos violentos no total de óbitos cresceu muito, mas diminuiu ligeiramente em relação a 2002.

O número de casamentos retornou ao patamar de 1993 – quase 750 mil – depois de ter caído a cerca de 730 mil em 2000. Também em relação a 1993, o volume de separações judiciais e de divórcios cresceu 17,8% e 44%, respectivamente.

Já o sub-registro, que ainda é considerado alto, caiu de 23,4% em 1993 para 21,6% em 2003. O mesmo se deu com os registros tardios, que caíram de 25,6% para 22,5%, no mesmo período.

Sub-registro de óbitos continua alto

No Brasil, um número significativo de Unidades da Federação não tem boa qualidade nos registros dos

óbitos. Isso implica dificuldades na construção de vários indicadores demográficos, tornando necessário utilizar instrumentais alternativos para a elaboração de estimativas, por exemplo, da mortalidade infantil.

Nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, a cobertura dos óbitos, particularmente dos adultos, é confiável. O maior problema permanece nas regiões Nordeste e Norte.

Mortes por causas violentas

Em 2003, no Brasil, a proporção de óbitos violentos foi de 15,7% para indivíduos do sexo masculino e de 4,1%, para as mulheres, ou seja a mortalidade masculina por causas violentas é quase quatro vezes superior à feminina.

Em relação a 1993, houve aumento relativo de 13,7% na participação dos óbitos violentos masculinos em relação ao total de óbitos desse sexo, enquanto os percentuais de óbitos femininos mantiveram-se estáveis.

Todas as informações podem ser acessadas na página: www.ibge.gov.br

Procure o IBGE, pelos vários canais de atendimento, composta por cem unidades no Estado de São Paulo, o nosso Setor de Documentação e Disseminação de Informações e a nossa sede estadual, ambos sediados à Rua Urussuí, Itaim Bibi, São Paulo, SP, com os seguintes telefones: (11) 2105-8200, 2105-8281, 2105-8231, 2105-8210 e 2105-8212.

Francisco Garrido Barcia é chefe da Unidade Estadual do IBGE em São Paulo.

Crianças do interior conhecem praias do Estado

Entidades e governo do Estado se unem, mais uma vez, para oferecer a jovens carentes a oportunidade de conhecer o litoral



FOTOS: ASSESSORIA DE IMPRENSA/CEPAM



O maior programa de turismo cultural, que tem como tônica grandes descobertas e aventuras, realizado pelo Governo do Estado de São Paulo, teve início no dia 10 de janeiro com a edição 2005 do Interior na Praia e foi um sucesso entre a criançada. Foram contempladas cerca de

oito mil crianças entre nove e 11 anos de idade, alunas de escolas estaduais e municipais de todo o Estado de São Paulo e da Fundação Abrinq. Muitas delas viram o mar pela primeira vez.

O programa permite que as crianças que não poderiam viajar com recursos próprios, conheçam realidades completamente diferentes das que estão acostumadas a vivenciar em seu dia-a-dia, tendo a oportunidade de passar uma semana de férias no litoral. As viagens tiveram início às segundas-feiras, e retorno às sextas-feiras. Foram 204 delegações de 164 municípios visitantes.

As crianças do Interior, Capital e Grande São Paulo têm como destino os municípios de Ber-

tioga, Cananéia, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Ilhabela, Itanhaém, Praia Grande, Santos, São Sebastião, São Vicente e Ubatuba.

Em Ilhabela, mais de 200 crianças vindas de Brotas, Taguaí, Santa Rosa do Viterbo e Severínia, aproveitaram a praia e os passeios proporcionados pelo programa. As crianças das delegações das

Cerca de oito mil crianças conheceram as belezas do litoral paulista



idades de Cajamar, Itararé e Onda Verde aproveitaram as brincadeiras em Caraguatatuba e participaram de uma Oficina Cultural de Biologia Marinha.

Preparação dos monitores

De 13 a 18 de dezembro, foram realizadas oficinas de treinamento em São Paulo (no *campus* da USP – Universidade de São Paulo), Itatinga, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Araçatuba, para as 13 regiões administrativas do Estado, que capacitaram 946 pessoas entre monitores, motoristas, policiais militares e guardas municipais. Os monitores que acompanharam as

crianças receberam treinamento completo, noções de primeiros-socorros, procedimentos de segurança e emergenciais. Um boneco foi utilizado para simulação durante o treinamento.

Funcionamento do Programa

Cada delegação é composta de 20 meninas e 20 meninos, um motorista, quatro monitores (um para cada dez crianças), um policial militar ou guarda municipal.

Todas as viagens são monitoradas pelas Polícias Militar e Rodoviária por meio de faixas que identificam os ônibus que transportam as crianças. Na praia, os participantes do programa são ob-

servados pelo Corpo de Bombeiros e Guarda-Vidas.

As escolas da Rede Oficial de Ensino são adaptadas para receber as crianças. São oferecidos bonés, camisetas, cartazes, faixas, colchonetes e cinco refeições diárias,

sendo café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e lanche da noite.

A realização do programa é de responsabilidade do governo do Estado de São Paulo e das secretarias de Estado de Economia e Planejamento e da Educação. A coordenação ficou a cargo do Cepam (Fundação Prefeito Faria Lima – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal) e conta com o apoio da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

Participam como parceiras no projeto as secretarias de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer, Saúde, Segurança Pública (por meio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros), Transportes, Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, APM (Associação Paulista de Municípios), Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), DER (Departamento de Estradas de Rodagem), Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A.) e conta com o patrocínio da Sabesp (Companhia de Saneamento

Básico do Estado de São Paulo) e Tetrapack.



Este é o maior programa de turismo cultural do Estado



Crianças e adolescentes de 164 municípios paulistas foram contempladas pelo programa "Caravanas do Conhecimento"

"O pai da matéria"

Ex-secretário de Estado do governo Franco Montoro, Chopin Tavares de Lima criou o projeto Interior na Praia, quando esteve à frente da secretaria do Interior. Hoje, preenche seu tempo com outros afazeres pois, segundo ele, "o político precisa saber a hora em que deve se retirar de campo".

Defensor do municipalismo, acredita que a descentralização e a redivisão política e administrativa do Estado, implantadas pelo então governador Franco Montoro foram as melhores soluções à época. "O Estado subdividido em microrregiões, com a colaboração dos prefeitos e vereadores, os verdadeiros portadores das legítimas reivindicações, poderão fazer com que a burocracia que resiste em dar poder ao município seja dissipada", acredita o ex-secretário.

Autor de vários projetos em sua passagem pela vida pública, Tavares de Lima lembra que o referente aos Consórcios Intermunicipais foi um dos mais relevantes, já que desonerou os municípios que possuíam carências semelhantes. "A retomada desse e outros projetos se deve muito à Associação Paulista de Municípios, que testemunhou




O ex-secretário Chopin T. de Lima em evento no Cepam

Câmaras e prefeituras municipais: alicerces do municipalismo

as vantagens e a importância de cada um, como o que implantou a merenda escolar; a "vaca mecânica", que oferecia leite de soja para as crianças e que várias cidades estão retomando; a criação da FURP (Fundação do Remédio Popular), que comercializava remédios a preço de custo; e no setor de educação o CEFAM [Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento para o Magistério], que foi desativado, mas que oferecia em período integral oficinas pedagógicas, capacitando permanentemente os profes-

sionais que freqüentavam tais oficinas em um curto período, o que produziu um aproveitamento muito maior, com diminuição da evasão, tornando-se uma referência nacional e gerando economia para o Estado", lembra Tavares de Lima.

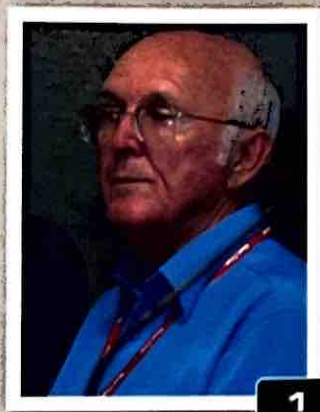
Para ele na política nada acontece à toa. A implantação do orçamento participativo deve ser feita por todos os municípios, pois é lá que se definem as prioridades, os problemas. "Os tecnocratas só vêem as estatísticas. Os prefeitos e vereadores devem ter coragem de se posicionar, pois as câmaras e as prefeituras municipais são os alicerces do municipalismo e o respaldo às causas só virá com a força do voto popular", assegura o professor. (E.M.) 

Presentes mais de 500 novos gestores municipais

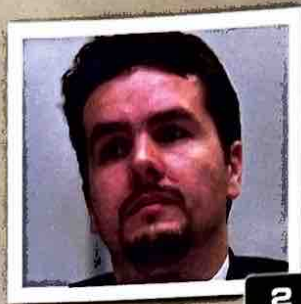
O 5º CBTIM – Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios, realizado de 29/11 a 02/12/2004, contou com a presença de centenas de novos gestores, das mais diferentes facções, que já estão à frente das administrações eleitas para o quadriênio 2005/2008, além de palestrantes e expositores.

Confira, a seguir, a galeria de fotos que a *Municípios de São Paulo* clicou durante o 5º Congresso.

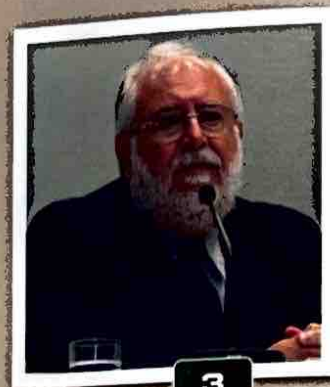
Fotos: Paulo Baretta, Reginaldo Martins e Renato Ricci



1



2



3



4



5



6



7



8

1 – Flávio Callegari, diretor da APM e mediador de vários painéis

2 – Maurício Zanin, responsável pelo Planejamento Estratégico e Cooperação Internacional da CNM

3 – Fredmar Correa, membro da Comissão Tripartite de Meio Ambiente

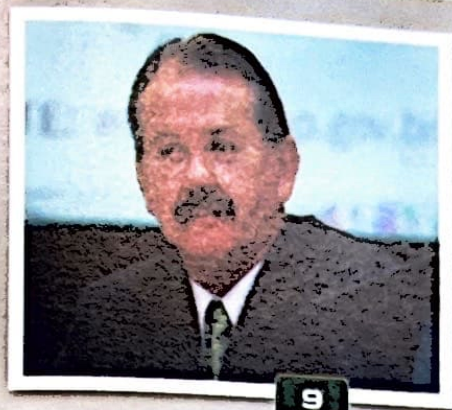
4 – Carlos Cruz, diretor da APM e mediador de painéis do 5º CBTIM

5 – Ermínia Maricato, ministra Adjunta e secretária-executiva do Ministério das Cidades

6 – Flávio Toledo Jr., assessor técnico do TCE/SP

7 – Cibele Rumel, presidenta do Grapohab e membro do Conselho da APM

8 – Geraldo Alckmin, governador do Estado



9



10

9 - Celso Giglio,
presidente da APM

10 - Marcio
Meira, secretário
de Articulação
Institucional do
Ministério da Cultura

11 - Osvaldo Freire,
Sebrae/SP

12 - Renato Martins
Costa, presidente do
TCE/SP

13 - Saulo de Castro
Abreu Filho, secretário
de Estado da
Segurança Pública

14 - Schandar Mussi,
prefeito reeleito de
Casa Branca

15 - Sérgio Ciquera
Rossi, secretário-
geral
e substituto de
conselheiro do TCE/SP

16 - Francisco Arten,
vereador eleito de
São João da Boa
Vista; Nestor Ribeiro
Neto, prefeito eleito
de Caconde e Dalva
Christofoletti,
secretária-executiva
da APM



11



12



13



14



15



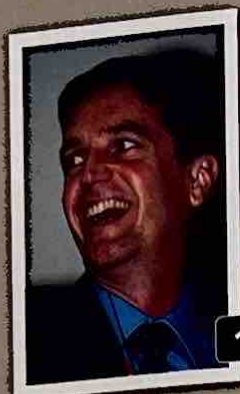
16



17



18



19



20



21



22



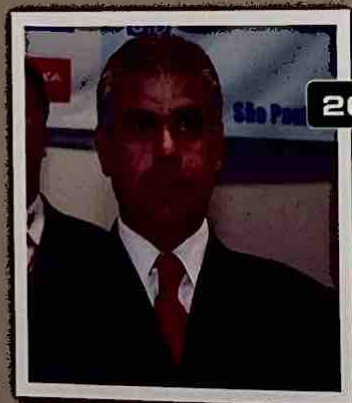
23



24



25



26

17 - Volney Zanardi Júnior, diretor do departamento de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente

18 - Abel de Almeida, presidente da Câmara Municipal de São Roque

19 - Ben-Hur Pires da Silva Júnior, da empresa Matética

20 - Marcos Monti, vice-presidente da APM; ex-secretário de Estado, Chopin Tavares de Lima e Antônio César Simão, diretor da APM

21 - Marcos Monti, vice-presidente da APM e a vice-prefeita eleita de Socorro

22 - Delúbio Gomes Pereira, do Ministério da Previdência Social

23 - Sidney Beraldo, presidente da Assembleia Legislativa do Estado/SP

24 - Dario Lopes, secretário de Estado dos Transportes e José Gilberto Saggioro (Pancho), prefeito eleito de Itapuí

25 - Sidney Beraldo, presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo e Paulo Ziulkoski, presidente da CNM

26 - Renan Mascarenhas, superintendente executivo do Bradesco

27 - Cláudia Costa,
secretária de Estado
da Cultura e Atenção
Burti, do Sebrae/SP

28 - Olívio Dutra,
ministro das Cidades

29 - Fernando
Montoro, do Cepam

30 - José Luiz
Franzotti, ex-prefeito
de Potirendaba

31 - José Roberto
Munhoz, diretor
executivo do Bradesco

32 - Vick Nholla,
diretor da APM

33 - Antônio Sérgio
Baptista, membro
do Conselho
Multidisciplinar
da APM

34 - Marcos Monti,
vice-presidente da
APM e Paul Butcher,
da Intel America's
Incorporation

35 - José Dedemo
Orlandini, diretor da
APM; Paulo Ziulkoski,
presidente da CNM;
ex-secretário de
Estado, Chopin Tavares
de Lima e Antônio
César Simão, diretor
da APM, na sessão
de encerramento do
5º CBTIM, quando
Ziulkoski foi agraciado
com o troféu Mérito
Municipalista

36 - Jorge Solla,
secretário de Atenção
à Saúde, do Ministério
da Saúde



27



28



29



30



31



32



33



34



35



36



37



38



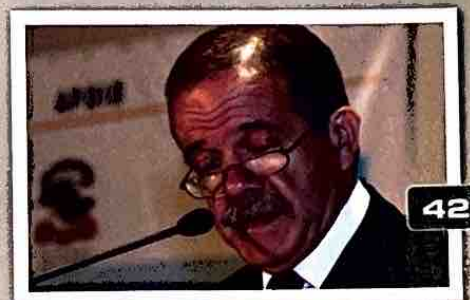
39



40



41



42



43



44



45



46



47

37 - Paul Butcher, da Intel

38 - Ricardo Raschiatore, gerente de Novas Oportunidades da SoftWay/SoftComex

39 - Terezinha Nholha, vereadora eleita de São João da Boa Vista

40 - Governador Geraldo Alekmin e o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski

41 - Carlos Cruz e Antonio César Simão, diretores da APM, ao lado do ministro das cidades, Olívio Dutra

42 - Arnaldo Madeira, secretário chefe da Casa Civil do governo do Estado de São Paulo

43 - José Roberto Munhoz, do Bradesco e o presidente eleito da APM, Celso Giglio

44 - Joarez Lima Henrichs, presidente da Associação dos Municípios do Paraná

45 - Selma Santiago da CNM

46 - Alberto Mourão, prefeito reeleito de Praia Grande

47 - Sebrae, parceiro no CBTIM

Cidades atingem meta de cura

Itanhaém, Jacareí e Registro recebem certificação do Ministério da Saúde por alcançarem meta de 85% de cura da tuberculose

O Ministério da Saúde certificou 15 municípios brasileiros pelo alcance da meta de curar adequadamente 85% de todos os casos de tuberculose diagnosticados em 2004, conforme recomenda a OMS (Organização Mundial de Saúde). No Brasil, o percentual de cura é de 73%. Os municípios certificados em São Paulo foram: Itanhaém (Litoral Sul), Jacareí (Vale do Paraíba) e Registro (Vale do Ribeira). A entrega do certificado ocorreu no último dia 23 de novembro de 2004, durante a abertura

oficial da 4ª Mostra Nacional de Experiências Bem-sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças.

Fórum

Lançado no último dia 9 de novembro, o Fórum Parceria Brasileira contra a Tuberculose teve cerimônia com as presenças do ministro Humberto Costa, do secretário Jarbas Barbosa, do representante da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) no Brasil, Horácio Toro O'Campo, do secretário executivo da organiza-

ção Stop TB, Marcos Espinal, da atriz e embaixadora da Campanha da Tuberculose Karina Bacci.

Com o objetivo de ampliar o envolvimento de outros segmentos da sociedade na detecção e controle da tuberculose, o Ministério está promovendo uma força-tarefa nos 315 municípios com mais altas taxas de infecção.

Cerca de 9,6 mil técnicos de atenção básica já foram treinados pelo Ministério da Saúde para atuarem em conjunto com as equipes de Saúde da Família na detecção e tratamento da tuberculose.

Guarujá - A praia de São Paulo



Guarujá - SP

Membro do exclusivo The Leading Hotels of the World, a apenas 70 km de São Paulo, maior centro financeiro da América Latina, o Casa Grande Hotel Resort & Spa oferece toda a infra-estrutura de que você precisa para trabalho ou lazer:

- Resort à beira-mar construído em autêntico estilo colonial;
- Spa com mais de 20 tratamentos estéticos e terapêuticos;
- Piscinas, quadras de tênis e um completo health club;
- 9 opções de restaurante e bar;
- 265 apartamentos e 3 chalés;
- 11 salas modulares para todo tipo de evento;
- Espaço de exposições com 3.800 m² em frente do mar.

Congresso Estadual de Municípios. Nos vemos no Casa Grande Hotel em 2006.

Tel. (13) 3389.4000 | reservas@casagrandehotel.com.br | www.casagrandehotel.com.br | Toll Free: 0800.116562



Chique como todo luxo, simples como todo prazer.

Da inexecução e da rescisão dos contratos administrativos

Administração pode falhar não cumprindo sua parte nos contratos ajustados. Legisladores defendem tese do cumprimento fiel das obrigações pactuadas

CÉSAR AUGUSTO MARGATO

CAPÍTULO II DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

MODALIDADES

Como visto no capítulo anterior, nem sempre a execução do contrato deixa de ser perfeita apenas por ato do contratado, posto que poderá, também, a Administração falhar, não cumprindo integralmente a sua parte no ajuste. Assim, em geral, a rescisão do contrato poderá se dar: por ato cometido pelo contratado, por ato cometido pela Administração e por acontecimentos exteriores ao contrato (força maior, caso fortuito) alheios à vontade das partes.

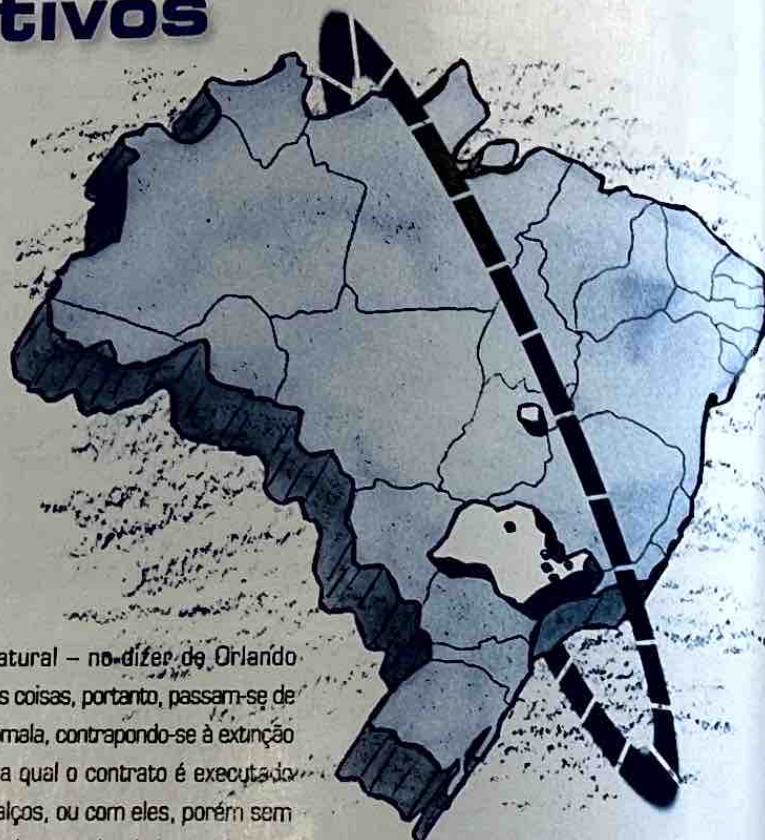
Nos dois primeiros casos: rescisão por ato cometido pelo contratado, ou por ato cometido pela Administração, Lúcia Valle Figueiredo denomina de patológicas essas modalidades de extinção dos contratos. Destarte, o contrato não chega à sua

morte natural – no dizer de Orlando Gomes. As coisas, portanto, passam-se de forma anômala, contrapondo-se à extinção normal, na qual o contrato é executado sem percalços, ou com eles, porém sem interrupção brusca, desejada, querida por uma das partes ou por ambas.

Como preleciona Diógenes Gasparini, no Boletim de Licitações e Contratos, publicação da editora NDJ Ltda., na edição de março de 1999, p.122, "embora os acontecimentos elencados nos vários incisos do art. 78 constituam, em princípio, motivos de extinção do ajuste celebrado entre o particular, pessoa física ou jurídica, e a Administração Pública, quando não admitidos no edital e no contrato, não basta sua ocorrência para a decretação da rescisão do ajuste. Destarte, ainda que não prevista no edital e no contrato, qualquer desses eventos pode acontecer sem levar a extinção ao contrato, pois razões de interesse

público, como a continuidade do ajuste, e motivos de interesse do contratado, e a subcontratação, poderão impedir a rescisão. Não fosse assim nenhum sentido lógico teria a determinação de que os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao contratado o contraditório e a ampla defesa, conforme estatuído pelo parágrafo único do art. 78 da Lei Federal de Licitações e Contratos da Administração Pública."

Mesmo caracterizado o motivo que renderia azo à rescisão, pode a Administração considerar que melhor atenderia ao interesse do serviço manter o contrato, adotando-se medidas mais severas de fiscalização ou introduzindo



alterações que, compatíveis com os limites e motivos legais, estimulem o desempenho do contratado, até porque a realização de nova licitação acarreta custos ou redonda em elevação de preços nem sempre compensadores. Marçal Justen Filho expressa: "Quando o inadimplemento for irrelevante ou secundário e não envolver a satisfação de deveres fundamentais, a Administração poderá impor sanções ao particular. Mas não poderá decretar a rescisão." É preciso, pois, considerar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, que também condicionam a validade dos atos da Administração, especialmente quando a pretexto de competência discricionária.

DAS CONSEQUÊNCIAS DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

As partes contratantes devem obedecer integral e fielmente, quando da execução dos contratos, as cláusulas que regulam suas relações contratuais.

A inexecução contratual pode ocorrer por várias razões, distinguindo-se a culpa do contratado ou do contratante, a determinação deste, o fato do príncipe, a força maior, o caso fortuito etc.

As consequências da inexecução estão previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

A inexecução do contrato produz consequências de ordem civil, administrativa, penal, trabalhista, fiscal, cumulativamente ou não. O descumprimento, total ou parcial, do contrato poderá acarretar a rescisão, com as consequências previstas no contrato, na lei ou no regulamento.

No âmbito do direito público, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, que prestem serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros,

mas estas entidades têm o direito de regresso contra o responsável que agiu com dolo ou culpa.

Conforme nos ensina Lúcia Valle Figueiredo, "a inadimplência do contratado conduz – ou deve conduzir – a Administração à conduta sancionatória, quer seja aplicadora de penalidades, quer seja por meio de sanção máxima: a rescisão."

E por serem indisponíveis as competências, a Administração não pode decidir se quer ou não sancionar o contratado inadimplente, ou se lhe releva a falta, a seu arbítrio.

CAPÍTULO III DA RESCISÃO DO CONTRATO

DA RESCISÃO POR ATO COMETIDO PELO CONTRATADO

A rescisão é a cessação da eficácia do contrato antes de encerrado o término do seu prazo de vigência. Os casos de rescisão devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo, ainda, da eventual aplicação das penalidades insertas no contrato.

A Lei n.º 8.666/93 indica três modos de rescisão (art. 79): rescisão por ato unilateral e escrito da Administração, a rescisão amigável e a rescisão por determinação judicial.

A rescisão unilateral, também denominada rescisão administrativa, pode ocorrer pelos seguintes fundamentos: a) por inexecução total ou parcial, ou por fatores impeditivos ou prejudiciais à execução; b) por razões de interesse público.

A Administração, no caso de rescisão administrativa, deverá obter reparação dos danos financeiros, seja com a retenção da garantia contratual, seja com a retenção dos créditos que o interessado tiver com

o Poder Público. A Administração poderá assumir, de imediato, o objeto do contrato, para que não ocorra interrupção danosa ao serviço, obra ou compra, promovendo sua conclusão mediante realização direta ou por intermédio de nova contratada. No caso de serviços essenciais, a Administração, com a autorização da autoridade superior (Ministro ou Secretário), poderá assumir e ocupar o local, utilizando-se das instalações, equipamentos, material e pessoal necessários à execução contratual.

Além dos casos citados nos incisos I e XII do artigo 78, também podem motivar a rescisão unilateral do contrato pela Administração a ocorrência de força maior ou caso fortuito, previsto no inciso XVII do mesmo artigo da lei.

**Partes devem
obedecer
integralmente
cláusulas
contratuais**

A decisão pela rescisão do ajuste só pode ocorrer após a instauração de um processo administrativo, em que, de posse de todas as argumentações do contratado, levantadas na defesa de seu direito, a contratante possa motivar sua decisão, apontando as razões de seu convencimento no sentido da pertinência da rescisão.

A partir daí, sendo a rescisão um ato unilateral da Administração, há que se observar o prazo recursal de cinco dias inferido no art. 109, inc. I, alínea "e", da Lei n.º 8.666/93. Dito prazo somente

começará a correr a partir da intimação do ato na Imprensa Oficial (comunicação do ato ao interessado) e, portanto, a rescisão deverá ser publicada, na forma discriminada no parágrafo 1º do citado art. 109.

Ademais, frise-se que, tendo em vista o princípio da publicidade que norteia os atos praticados na esfera administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal), ainda que se tratasse de rescisão amigável, como veremos adiante, o ato decisório deveria ser divulgado mediante publicação na Imprensa Oficial.

Antonio Roque Citadini, comentando o art. 78, e seus incisos, da Lei 8.666/93, escreve: "As exigências legais para a execução do contrato administrativo são bastante severas para o contratado e demonstram o conjunto de prerrogativas que o Poder Público possui neste tipo de relação."

E continua o mesmo autor, em sua análise dos incisos do artigo 78 da Lei nº 8.666/93:

"O não cumprimento do previsto na avença deverá ser questão relevante, que comprometa o interesse público, não podendo ser alegada falha formal que represente nenhum resultado negativo para a relação contratual. Note-se descaber à Administração pretender a rescisão fixada em falha originada em interpretação inadequada de cláusulas contratuais; nessa situação, o administrador deverá notificar o contratado para que passe a executar o pactuado, obedecendo corretamente os dispositivos contratuais, não se caracterizando, tais divergências, motivos para a rescisão."

Em se tratando de concessão, a Lei nº 8.987/95 denomina a rescisão por inadimplemento contratual por parte da concessionária de caducidade, e só pode ocorrer nas hipóteses previstas no artigo

38 da Lei, entre outras: o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente; a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação de serviço concedido; a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos etc.

O § 2º do artigo 38 da mesma lei reza que: "A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa."

Exigências legais para execução contratual são severas

E o § 3º do mesmo artigo 38 prevê a não instauração de processo administrativo de inadimplência, antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas.

E continua Antonio Roque Citadini, em sua análise, na obra retrocitada: "A irregularidade deverá ser grave e prejudicial para o Poder Público. Pequenas irregularidades, de pronto reparáveis pelo contratado, não devem motivar decisão drástica do administrador, exceto se as falhas se repetirem continuamente, tomando a execução inadequada para o Poder Público."

"A lentidão no cumprimento das obrigações contratuais, para ser motivo de rescisão,

deverá comprometer a avença, sendo que no caso de atrasos que possam ser recuperados, sem qualquer prejuízo para o Poder Público, deverão ser desprezados, se suficientemente corrigidos a tempo."

"O atraso, pelo contratado, ao iniciar o cumprimento das obrigações pactuadas, sem motivo justificado e aceito pela Administração, poderá determinar a rescisão do contrato."

"A paralisação da execução será motivo para rescisão, em qualquer fase do contrato, quando ocorrer, sem justa causa e sem qualquer comunicação prévia ao agente responsável pelo contrato."

"Quando o contratado transferir a terceiros, parte ou a totalidade do objeto ou da sua execução, de forma não prevista no edital ou contrato, tais subcontratações, cessões ou transferências poderão ensejar a rescisão, aplicando-se as mesmas regras para as operações de fusão, cisão ou incorporação do contratado. No entanto, se houver previsão editalícia ou contratual, caberá ao contratado noticiar a Administração para a competente formalização, não sendo, portanto motivo para punição."

"O desatendimento às determinações confunde-se com o cumprimento irregular das disposições avençadas. Igualmente neste caso, o desatendimento, para justificar a rescisão, não poderá ser sobre interpretação imperfeita das ordens da Administração, ou mera divergência, mas, sim, ato prejudicial ao Poder Público e realizado com o intuito de descumprir o determinado pelo gestor do contrato."

"O previsto no inciso VIII confunde-se com o cumprimento irregular (inciso II) e caracteriza-se pela continuada imperfeição na execução contratual, de forma que o reiterado comportamento inadequado do contratado devidamente anotado em registro próprio, passa a comprometer

a execução."

"Os casos citados nos incisos IX e X tratam de mudança substancial nas condições de capacidade jurídica e econômica do contratado, que venham a desqualificá-lo para continuar executando o contrato. Significa dizer que se presentes aquelas condições quando da licitação, inviabilizaria sua participação no procedimento. Ocorrida a mudança durante a execução do contrato, poderá a Administração rescindi-lo, posto que demonstrada a falta de condições para executá-lo. Isto se dá quando da ocorrência de um dos motivos elencados: falência ou instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado. No caso de falência não basta haver pedido judicial ajuizado, para motivar a rescisão, o mesmo valendo para a insolvência civil. Neste caso, há que a Administração cientificar-se de que já esteja decretada pelo Poder Judiciário a alteração na situação empresarial do contratado, o que o torna sem condições de cumprir suas obrigações pactuadas. Em se tratando de dissolução da sociedade ou falecimento do contratado, a simples notícia do ocorrido é motivo para as providências da Administração no sentido de rescindir o contrato."

No caso de concordata do contratado é permitido à Administração manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais (art. 80, § 4º da Lei nº 8.666/93).

Continua Antonio Roque Citadini: "A Administração poderá rescindir a avença quando ocorrer alteração substancial na empresa, modificando sua composição social, finalidade ou estrutura, de modo que a mudança ocorrida inviabilize a execução do pactuado. É necessário que a nova situação criada prejudique a continuidade do contrato; isto não

ocorrendo, não poderá a Administração invocar tais razões para a rescisão."

"A disposição constante do inciso XII, pelo seu caráter genérico abrange todas as situações já analisadas, e outras não especificadas, posto que, em qualquer circunstância, os atos da Administração devem estar afinados com o interesse público. Quer o legislador afirmar, assim, a possibilidade de rescisão em situações de grande relevância, conhecidas amplamente, nas quais a autoridade superior da Administração considere impossível a continuação da execução contratual. Grave crise cambial, estado

Contrato pode ser rescindido, se houver alteração na empresa

de calamidade, queda nas receitas públicas que inviabilize os pagamentos, situação emergencial que exija outras despesas etc. podem ser exemplos que, motivados de forma circunstanciada e com a garantia ao contratado de exercer ampla defesa, ensejam a rescisão. Assim não havendo possibilidades, justificadamente, de continuar a execução, poderá ser rescindido o contrato. Nesta situação, em geral, a rescisão ocorre por acordo, posto que o contratado, fica sensível às situações excepcionais, e somente lhe interessa executar o contrato em que a Administração tenha condições de honrar suas obrigações."

O artigo 37 da Lei 8.987/95 denomina a rescisão do contrato por razões de interesse público de encampação.

Não se trata de inadimplemento contratual; o contrato vem sendo cumprido satisfatoriamente, porém não mais interessa à Administração sua manutenção. Clara está a necessidade de a Administração Pública detalhar, indicar e comprovar o tal motivo.

Maria Sylvia Zanella di Pietro¹ afirma que: "O artigo 37 da Lei n.º 8.987/95 exige autorização legislativa para a encampação, o que parece de constitucionalidade bastante duvidosa. Essa autorização constitui ato de controle de um Poder sobre o outro, de tal modo que somente é válida quando prevista na Constituição Federal, sob pena de ofensa ao princípio da separação de poderes; o mesmo se diga nos âmbitos estadual e municipal, em que a mesma exigência só poderia ser feita se prevista na Constituição do Estado ou na Lei Orgânica do Município, respectivamente. O artigo 49 da Constituição Federal indica os atos em que essa autorização é necessária, nela não se encontrando qualquer referência à encampação."

"Mesmo sob o aspecto do mérito a exigência é descabida, uma vez que se a concessão se tomar contrária ao interesse público, a encampação é medida que se impõe sem as delongas e os envoltórios políticos de um processo legislativo."

O professor Hely Lopes Meirelles entende que as hipóteses dos incs. IX, X e XI do art. 78 da Lei de Licitações tratam-se, na verdade, de uma rescisão de pleno direito não se confundindo com a rescisão unilateral ou administrativa. Diz o mestre:

"Rescisão de pleno direito é a que se verifica independentemente da manifestação de vontade de qualquer das partes, diante da só ocorrência do fato extintivo do contrato, previsto na lei, no regulamento ou no próprio texto

do ajuste, tais como o falecimento do contratado, a dissolução da sociedade, a falência da empresa, o perecimento do objeto contratado e demais eventos de efeitos semelhantes."

"Ocorrendo o fato ou ato previsto, rompe-se automaticamente o contrato, devendo cessar sua execução por ambas as partes. Em tal hipótese, não há necessidade de termo de rescisão, nem de decretação judicial, porque a rescisão do contrato resulta do próprio fato extintivo, sendo meramente declaratório qualquer reconhecimento dessa situação, que, por isso mesmo, retroage à data do evento rescisório, operando efeitos *ex tunc*. O essencial é que se comprove documentalmente o fato ou ato extintivo do contrato, que o rescinde de pleno direito."

"A rescisão de pleno direito pode dar-se com ou sem indenização, conforme o previsto em norma legal ou regulamentar, ou o convencionado pelas partes no contrato. Essa rescisão é bem diferente da administrativa, em que a Administração tem a liberdade de, unilateralmente, efetivá-la ou não, diante da ocorrência do fato ou ato que a enseja, responsabilizando o contratado se concorreu com culpa para a rescisão. Diversamente, na rescisão de pleno direito a Administração não tem opção alguma: ocorrido o fato ou ato previsto como extintivo do contrato, o ajuste fica automaticamente rescindido, cumprindo tão-somente às partes paralisar a sua execução e liquidar as contas contratuais como de direito."

E conclui o professor Hely Lopes Meirelles: "Se houver divergência entre as partes, só o Judiciário poderá dirimi-la, pois não cabe, em tal hipótese, qualquer rescisão unilateral e impositiva da Administração (como ocorre na rescisão administrativa),

em substituição à rescisão de pleno direito, resultante do fato ou ato extintivo do contrato."

DA RESCISÃO POR ATO COMETIDO PELA ADMINISTRAÇÃO

Pode ocorrer que a inexecução do contrato, ou sua imperfeita execução, se dê por fato gerado pelo Poder Público, e o contratado, obedecidas as formalidades legais, poderá promover a rescisão do ajuste.

Antonio R. Citadini, na sua obra retrocitada, comenta as hipóteses que, ocorrendo, podem possibilitar ao contratado a rescisão. Quais sejam: "Supressão de parte do contrato, de forma contrária à lei. Verifica-se quando a Administração

Lei Federal institui normas no âmbito dos poderes constituídos

promove alteração danosa para a execução da avença ao efetuar corte da obra, serviço ou compra em quantidades ou valores além do previsto no § 1º do artigo 65 da lei (25% para obras, serviços ou compras e 50% nos casos de reforma de edifício ou equipamentos). A Administração, ao eterar a avença, deverá obedecer às normas legalmente previstas e seu descumprimento possibilitará ao contratado propor a rescisão, posto que tal alteração drástica do pactuado modifica o conjunto da proposta apresentada, impossibilitando sua adequada execução. Lembra-se por oportuno, que desde 5 de fevereiro de

1998, é possível a supressão acima dos limites estabelecidos, desde que por força de acordo entre as partes."

"Suspensão da execução por longo prazo. A Administração, quando suspender a execução do contrato, deverá notificar o contratado, e não poderá fazê-lo sem motivo ou indefinidamente. Salvo em caso de calamidade, grave perturbação da ordem ou guerra interna, a Administração, quando suspender a execução por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, mesmo pagando as despesas decorrentes de desmobilizações, mobilizações e outras ocorridas, poderá ter o contrato rescindido por parte do contratado. Se ocorrer várias interrupções que somem o prazo máximo previsto poderá igualmente, o contratado, propor a rescisão, facultando-se-lhe, contudo, voltar a executar o contrato após a normalização da situação; nesta opção, deve propor a suspensão provisória, ao invés da rescisão da avença."

Mais algumas palavras sobre como deve proceder a Administração caso necessite paralisar temporariamente uma obra, sem que isso seja motivo para a rescisão contratual prevista no artigo 78, inc. XIV, da Lei n.º 8.666/93: A Administração deverá formalizar um termo de paralisação da obra comunicando motivadamente ao contratado sua intenção de suspender a execução da obra, objeto do contrato firmado, comunicado esse que deverá ser enviado ao contratado previamente à efetiva paralisação, sob pena de a Administração ser obrigada a indenizá-lo pelas sucessivas mobilizações e desmobilizações.

Esse é o entendimento de Marçal Justen Filho quando escreve: "Para evitar dúvidas, a ordem de paralisação deverá ser formalizada por escrito. Significa que qualquer determinação verbal, ou que

não se formalize em instrumento escrito e de comprovada autenticidade, deverá ser recusada".

Ocorrendo paralisação da obra e do contrato, nos termos já mencionados, tendo em vista o que determina o § 5º do art. 79 da Lei nº 8.666/93, a execução contratual será prorrogada automaticamente, por igual tempo. Perceba-se que será necessária, para fins dessa prorrogação contratual, sua formalização por meio de termo de aditamento.

Diógenes Gasparini entende que: "A prorrogação é formalizada por termo de aditamento, ou, como preferem alguns, por termo de prorrogação.


Com a paralisação, prorroga-se a execução contratual

Este deve ser analisado e aprovado pela assessoria jurídica da Administração Pública (art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93). Assinado o aditamento, deve ele, em resumo, ser publicado (art. 61, parágrafo único), para que alcance a eficácia desejada, e promovido o seu registro junto aos órgãos competentes da Administração Pública contratante e, quando for o caso, nos demais registros. Não se pode assim falar em prorrogação tácita. Aliás, nesse sentido já decidiu o TCU (RDA 201:307)."

E continua, Antonio Roque Citadini, em sua obra já citada: "Atraso no pagamento. A Administração deve cumprir fielmente suas obrigações pactuadas, sendo a mais

importante a do pagamento correto dos serviços ou obras executadas, bem como dos bens entregues. O atraso imotivado, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade ou guerra, poderá possibilitar ao contratado rescindir o pactuado, ficando-lhe, igualmente, assegurada a possibilidade de suspender temporariamente a avença, até que haja regularização dos pagamentos, os quais sempre deverão ser efetuados nos moldes da lei, isto é, atualizados monetariamente. O respeito à ordem cronológica dos pagamentos deve merecer especial atenção da Administração, pois seu descumprimento poderá também vir a ser invocado por contratados, utilizando-se do disposto no artigo em comento."

"Não liberação do local para execução. O contratado poderá motivar sua rescisão do pactuado, quando o Poder Público deixar de atender cláusula absolutamente necessária para o início da execução, como liberar o local ou área, assim como fornecer materiais indispensáveis para a fiel execução de suas obrigações assumidas."

O inciso XVIII do artigo 78 do estatuto licitatório, acrescido pela Lei nº 9.854/99, prevê motivo para rescisão do contrato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, caso o contratado não cumpra o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da CF/88, a saber: XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. 

César Augusto Margato é advogado, pós-graduado em Direito Público pela Escola Paulista de Magistratura de São Paulo e funcionário do TCE.

A Revista do municipalismo paulista

A troca de informações sobre as melhores práticas de gestão municipal e ações de sucesso na prestação de serviços aos cidadãos você encontra na revista *Municípios de São Paulo*. Ela aproxima você dos prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais e vereadores dos 645 municípios paulistas, público decisivo para a comunicação institucional e publicitária de órgãos públicos e empresas privadas, que pretendam fixar sua imagem ou oferecer produtos e serviços para a comunidade do Estado de São Paulo.



editora segmento

INFORMAÇÕES

LIGUE: (11) 3879-8216/3879-8200

publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

Reminiscências estudantis

O final da década de 1970 marcou o ressurgimento do movimento estudantil, que se manteve efervescente até o início dos anos de 1980. Em 1977, São Paulo assistiu passeatas, atos públicos e lutas pela reconstrução da UNE – União Nacional dos Estudantes e UEE – União Estadual dos Estudantes. Ficaram famosas nesta época tendências estudantis como Refazendo, Caminhando, Liberdade e Luta, Convergência Socialista e Resistência. Verdadeiros berços de lideranças que hoje pululam no cenário político e intelectual brasileiro, essas tendências travaram lutas ideológicas importantes, mas também ajudaram a enriquecer o lado “causos” da política nacional. Vale a pena recordar algumas destas passagens:

Fartura

A música regional, sobretudo a nordestina, e o teatro do oprimido faziam parte do cotidiano da política e do lazer dos militantes da Caminhando. Certa vez, encenavam uma peça na USP e o diálogo entre os atores registrava mais ou menos o seguinte:

- Zé, tá fartando água...
- Eu sei, Maria. E sei também

que farta arroz, farinha e mandioca. E carne então, já farta há tanto tempo...

Da platéia, Hugo – o grandalhão líder da Refazendo não resistiu à piada e gritou para todo mundo ouvir:

— Então tá uma Fartura....

Rabo preso

Mino Carta comandava o programa Jogo de Cartas e numa de suas edições convidou várias tendências do movimento estudantil para discutir a conjuntura política. Kissinger, um avantajado líder dos estudantes de engenharia de Lins, era daquelas lideranças independentes que não aceitava carimbo, mas que, de fato, eram ligadas à Refazendo – a mais flexível das tendências estudantis. Que me perdoem os “Refazendo”, mas não é nenhuma heresia chamá-la da mais “tucana” das tendências daquela época.

Kissinger, porém, não tinha nada de tucano. Era um “Refazendo” sem papas na língua: partia para o confronto aberto e às vezes se excedia no radicalismo verbal.



Experiente, Mino Carta logo percebeu a polarização entre Kissinger e o representante da Libelu (Liberdade e Luta) – tendência ligada às idéias do revolucionário russo Leon Trotsky e cujos integrantes tinham fama de “porralocas” e costumavam desfilar com visual moderno: roupas descoladas, cabelos longos, brincos nas orelhas e quetais. Numa discussão acalorada sobre o apoiar ou não a oposição numa conjuntura de bipartidarismo dominada por Arena e MDB, um “Libelu” defensor do voto nulo acusou Kissinger de ter o rabo preso com a burguesia. Irado e no alto de seus 1,90 m e uns 120 kg, Kissinger incorporou um espírito stalinista e cravou esta: – “Eu não tenho o rabo preso coisíssima nenhuma. Mas, com certeza, vocês todos da ‘Libelu’ têm o rabo solto”.

Casos havidos ou romanceados, “causos” são o objeto desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que por aqui desfilarem casos e “causos” que resgatem curiosidades da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrisma@terra.com.br

vivo

VIVO COMEMORA ATUAÇÃO NO INTERIOR PAULISTA

• Mais de 400 municípios do interior paulista já possuem cobertura digital CDMA, totalizando 96,8% de presença na região.

• Projeto de implantação da tecnologia CDMA 1xRTT atingiu 70 cidades em 2004.

• Marca Top of Mind nas regiões onde atua.

A VIVO, maior prestadora de serviços de telecomunicações do Hemisfério Sul, na sequência de ter atingido a marca de 26 milhões de clientes em todo o País, apresenta novidades em telefonia celular e comemora o sucesso de suas operações em 2004, em toda a sua área de cobertura no Interior do Estado de São Paulo.

Durante o ano de 2004, a VIVO promoveu a digitalização de sua rede CDMA nas cidades onde a tecnologia era analógica, em função de um projeto de ampliação que atendeu mais de 80 municípios do interior paulista. Atualmente, a cobertura da VIVO atende 96,8% da população de sua área de atuação no Interior do Estado de São Paulo.

Ainda neste período a VIVO iniciou o projeto de expansão da tecnologia CDMA 1xRTT, levando os serviços de identificador de chamada, conferência, envio e recebimento de SMS e ainda novos serviços aos usuários da região. Ao todo foram atendidos 70 municípios em 2004.

A operadora ainda ampliou o atendimento ao cliente em todo o interior e litoral paulista. Atualmente, a VIVO conta com 38 lojas de atendimento próprio e mais de 1.500 pontos de venda distribuídos em 400 cidades. A operadora conta com cerca de três mil colaboradores diretos e indiretos em todo o Interior paulista.

CDMA: A TECNOLOGIA DA VIVO

A VIVO optou pelo CDMA, que é a tecnologia escolhida para a terceira geração em todo o mundo. O CDMA e CDMA 1X apresentam a melhor performance entre as

disponíveis para a transmissão de dados via celular e permite a oferta de produtos e serviços de terceira geração, a 3G, sem a necessidade de aquisição de novas faixas de radiofrequência.

Desta forma, a VIVO está sempre à frente com lançamentos de serviços inovadores, como os downloads de aplicativos para o celular, a evolução dos Torpedos SMS de texto para os Torpedos Multimídia MMS e a oferta de serviços de segurança e localização de pessoas e bens por meio de informações precisas no próprio celular, o VIVO Encontra.

A VIVO esteve presente durante o ano de 2004 em ações voltadas para a responsabilidade social, esporte, entretenimento e cultural, tais como: Caminhada VIVO pela Vida que aconteceu nas cidades de Campinas, São José dos Campos, Bauru e Presidente Prudente, Rodeios de Barretos, Jaguariúna e Rio Preto Country Bulls, além da Arena Cross e Shows de música em todo o interior e litoral de São Paulo.

"Hoje o telefone celular tornou-se uma ferramenta indispensável para a integração nacional e regional", afirma Elder Miguel, Diretor Regional São Paulo Interior da VIVO. "Frente a isso, a VIVO está sempre a procura de novos serviços e oferta exclusiva aos seus clientes", conclui o diretor.



**A TECNOLOGIA DO FUTURO.
A TECNOLOGIA DA VIVO.**

FRESP

Federação das Empresas de Transportes
Passageiros por Fretamento da Cidade de São Paulo

*Obtenha gratuitamente o
manual de contratação
de serviços de fretamento*

**TRANSPORTE
PROFISSIONAL
DE PESSOAS** fretamento

**VOCÊ VAI MELHOR
E CHEGA BEM**

0800 773 20 60
www.fresp.org.br

**TRANSPORTE DE
PESSOAS É PARA
PROFISSIONAIS
DO TRANSPORTE.**

SR. PREFEITO

A Prefeitura só pode usar seus ônibus escolares com os estudantes. Não é permitido transportar outras pessoas, seja dentro do município ou em viagens intermunicipais ou interestaduais. Se fizer isso, estará praticando transporte ilegal de passageiros. No caso de autuação, o Prefeito pessoalmente arcará com multa. Se acontecer um acidente com vítimas, o Prefeito e a Prefeitura poderão ser responsabilizados civil e criminalmente.

Por isso, para evitar problemas, fique atento e lembre-se sempre: essa atividade, de acordo com a legislação brasileira, só pode ser realizada por empresas regulamentadas de fretamento e turismo. Em outras palavras:

Transporte de pessoas é para profissionais do transporte.

